



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 76

II Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 08 de julho de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

A sessão iniciou-se com a [Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII – “Cria a AGRIAZORES – Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas – Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do IL, mais especificamente pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*).

A sessão prosseguiu dando continuidade ao debate do dia anterior relativo à [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XII – “Estabelece as especificidades da aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto,](#)

que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, na Região Autónoma dos Açores”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Indep.*), Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*) e a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Paulo Estevão (*PPM*), Carlos Silva (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Gomes (*PSD*) e Carlos Furtado (*Indep.*).

Seguiu-se a justificação, por parte da Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*), do Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 129/XII – “Flexibilização de regras nos contratos do Fundo de Apoio Municipal para os Municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Usaram da palavra sobre o mesmo os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e António Lima (*BE*).

Submetido à votação o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Entrando especificamente no debate do Projeto de Resolução n.º 129/XII – “Flexibilização de regras nos contratos do Fundo de Apoio Municipal para os Municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste”, usaram da palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) e os Srs. Deputados Flávio Soares (*PSD*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Indep.*), Carlos Silva (*PS*), Nuno Barata (*IL*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

O diploma em apreço foi aprovado por maioria.

Para declarações de voto usaram da palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) e o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*).

Pela Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), foi justificado o **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 130/XII – “Implementação urgente de medidas para combater o impacto da alga *Rugulopteryx okamurae* nos ecossistemas marinhos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

No debate, usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Rui Martins (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Salomé Matos (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*) e José Pacheco (*CH*).

Após aprovação por maioria da iniciativa, proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as Alexandra Manes (*BE*), Carlos Furtado (*Indep.*), Rui Martins (*CDS-PP*), Salomé Matos (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O antepenúltimo ponto da Agenda da Reunião tratou-se de mais um **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 13/XII – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social”**, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

A justificação da urgência coube ao Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Sobre a **Anteproposta de Lei n.º 13/XII – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social”**, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Gomes (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), José Pacheco (*CH*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Pedro Neves (*PAN*).

A Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Usou da palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*).

Por fim foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de julho de 2022**

Os trabalhos terminaram às 16 horas e 19 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para efetuar a chamada.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Paulo Serôdeo Melo

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ao abrigo do Artº. 81º do nosso Regimento, a Iniciativa Liberal deu entrada na Mesa dum requerimento para apresentação dum diploma que é o ponto 25 da nossa Agenda – [Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII – “Cria a AGRIAZORES – Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas.](#)

[Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para apresentação da iniciativa.](#)
[Dispõe de 10 minutos. Faça favor.](#)

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Membros do Governo:

O Iniciativa Liberal chegou a este Parlamento por vontade do Povo dos Açores.

O Iniciativa Liberal traz à política regional uma visão diferente do *status quo*...

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

... propondo efetivas mudanças de paradigma, reversão de práticas que promovem a continuidade da promoção da pobreza, fomentando o primado de que o Estado/Região não tem que estar onde os privados fazem melhor, libertando a sociedade das peias controladoras de uma administração que deve regular e fiscalizar, em vez de impor e cobrar.

Para contribuir decisivamente para a mudança que os Açores precisavam, a Iniciativa Liberal assinou com o maior partido da coligação de Governo um acordo de incidência parlamentar onde elenca um conjunto de premissas que, para nós, são fundamentais, no intuito de se conseguirem alcançar os objetivos de mudança.

Assim, no Programa do XIII Governo Regional foram plasmados pressupostos resultantes desse mesmo acordo de incidência parlamentar

subscrito, desde logo, realçando-se uma **profunda** reforma do Setor Público Empresarial Regional.

Porém, passados quase dois anos desta governação, a coligação governativa parece não ter intenção de reformar tanto quanto a Iniciativa Liberal entende ser necessário, apesar da criação, entretanto, de um novo instituto público e da proposta, já entregue nesta Casa, de criação de outro.

Para a Iniciativa Liberal – e este sempre foi ponto de honra – *“O Sector Público Empresarial Regional (SPER) tem sido marcado pelo seu empolamento e por atos de má gestão”,* pelo que *“O futuro pede-nos, sem adiamento, rigor financeiro no SPER”* e a definição de *“Uma nova estratégia política assente numa clara racionalização do sector, com a redução da sua dimensão ou expressão”* e *“Uma nova cultura política na relação da Região com as empresas do sector público empresarial regional, pressupondo a despartidarização dos seus órgãos de gestão”*. Nada disso está a acontecer.

Estes princípios estão assumidos. Todavia, nem todos foram rigorosamente cumpridos, na estreita aplicação das metas de viabilização desta governação regional.

Neste sentido, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta hoje, a este Parlamento e aos Açorianos, uma proposta que visa avançar com uma reforma no setor público empresarial regional, nomeadamente no setor de atividade mais importante para a economia regional que é a agricultura.

Despartidarizar os cargos de nomeação, valorizando a meritocracia;

Reduzir despesas em cargos de chefia criados só porque a cor do cartão partidário levou à necessidade de majorar o vencimento de alguém;

Agilizar procedimentos no domínio do ordenamento do território e dos mercados agrícolas;

Compagnar as definições políticas aos tempos que correm, cortando com as amarras comunistas que ainda se encerram nas competências atribuídas, nomeadamente ao nível do ordenamento, planeamento e utilização do território...

São, pois, objetivos essenciais deste Projeto de Decreto Legislativo Regional que propõe a criação da AGRIAZORES – Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas – sociedade anónima de capitais (exclusivamente) públicos, integrando, por extinção, o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A. (IROA), e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA, (IAMA).

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,
Srs. Deputados, Membros do Governo:

Criado em 1986, o IROA visou lançar as bases de uma orientação agrícola voltada para a contemporaneidade, nomeadamente focada na adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia.

Assente na promoção do desenvolvimento sustentado das zonas rurais, do incentivo à modernização e à diversificação das atividades agropecuárias, o IROA pretendia melhorar a competitividade do setor e o acréscimo do valor à produção regional, tendo-se especializado na gestão de processos de incentivo à aquisição de terrenos agrícolas.

Ao longo dos anos, ao IROA passaram a caber as responsabilidades de lançamento de concursos de obras públicas para a realização de investimentos em caminhos agrícolas, eletrificação de explorações e abastecimento de água, para além da gestão dos processos relativos às reformas antecipadas dos agricultores sendo para tal transformado em sociedade anónima.

Este novo enquadramento jurídico-económico, permitiu uma maior facilidade na contratação de pessoal e no acesso ao crédito, fazendo disparar os custos de funcionamento anuais para valores apenas suportáveis pelos contratos-programa celebrados com a Região e com o IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas).

Por sua vez, o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA), também criado em 1986, tinha por objetivo regular o mercado de produtos agropecuários, através da execução de operações de intervenção junto da

produção, contribuindo para o aperfeiçoamento tecnológico dos produtos e subprodutos das explorações e conseqüente transformação industrial.

Com o passar dos anos, foram sendo introduzidas ao nível das atribuições do IAMA novas competências, como a execução das operações de verificação e controlo das condições de concessão de ajudas comunitárias, nacionais e regionais;

- o acompanhamento da evolução dos mercados agrícolas ao nível da comercialização e transformação dos produtos agrícolas e pecuários;
- a execução da política regional no âmbito de alguns regimes de qualidade previstos na regulamentação aplicável; a tutela e a gestão da rede regional de abate e de classificação de leite à produção na Região.

Com efeito, ambos os institutos foram criados numa altura em que a visão das políticas públicas, particularmente as que versavam atividades económicas nos setores agropecuário e rural, essencialmente desenvolvidas pela iniciativa privada, já se esbateram, para além de que a visão de futuro e as missões que cabem a ambas as entidades podem, e devem, ser enquadradas num novo regime jurídico e num novo pensamento político.

Deste modo, pela presente proposta de diploma, a Iniciativa Liberal propõe extinguir o IROA e o IAMA, criando uma nova entidade que englobe as suas competências e que agilize todos os seus processos.

Com a aprovação desta proposta dá-se cumprimento ao processo de reestruturação do Setor Público Empresarial Regional;

- reduzem-se os custos associados aos cargos de nomeação;
- incute-se a tão propalada nova cultura política na relação da Região com as suas empresas e institutos públicos;
- mantêm-se as atribuições, missões e objetivos daqueles serviços, mas, integrando-os numa única sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Através da criação da AGRIAZORES – Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas, o Iniciativa

Liberal propõe concretizar os desideratos que subscreveu no âmbito do acordo de incidência parlamentar; moraliza a relação entre a administração regional e as empresas que dela dependem; agiliza procedimentos; reduz gastos e encargos desnecessários; promove a meritocracia e extingue visões políticas ultrapassadas, no que ao ordenamento do território diz respeito.

Assim queiram as Sras. e Srs. Deputados, de todas as bancadas aqui representadas, encarar, sem dogmas e sem complexos ideológicos, esta iniciativa legislativa.

Assim queira o Governo Regional prezar os acordos assinados com os seus parceiros e concretizar, efetivamente, a intenção propalada de mudança de paradigma.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma.

Prevê o nosso Regimento um período para pedidos de esclarecimento.

Pergunto às Sras. e Srs. Deputados se pretendem inscrever-se para pedidos de esclarecimento ao proponente?

(Pausa)

Não havendo, vamos dar continuidade ao ponto onde ontem encerrámos os nossos trabalhos, o ponto 16 – Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XII – “Estabelece as especificidades da aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, na Região Autónoma dos Açores”.

Ontem quando encerrámos os nossos trabalhos, a Mesa não tinha inscrições.

Pergunto agora se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, durante o debate, fiz pequenas perguntas à Sra. Secretária e esperava que tivesse tido tempo suficiente para trazer as respostas. Mas como a Sra. Secretária não se inscreveu, eu vou reiterar as perguntas que fiz.

Considerando que o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado parte dum pressuposto que o número de viaturas disponíveis é reduzido face à procura, pergunto novamente quantas viaturas estão neste momento licenciadas para a atividade de rent-a-car, na presente data, e se nos puder também indicar quantas estavam em 2019, 2020 e 2021, para percebermos a evolução, uma vez que essa é uma informação pertinente para o diploma em questão.

Portanto, espero muito sinceramente que as minhas pequenas perguntas tenham da sua parte pequenas e humildes respostas.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Regional:

A pergunta que me fez foi quantas viaturas seriam abrangidas por este diploma?

Deputado Carlos Silva (PS): Não, não foi isso.

A Oradora: De qualquer forma, a resposta que lhe dei foi que teria o maior gosto de lhe responder por escrito, porque são questões que obviamente não têm relevância para este diploma.

O que tem relevância para este diploma é saber quantas viaturas são abrangidas por ele.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora é que vai decidir que perguntas devemos fazer?! Ó Sra. Secretária!!

A Oradora: E essas são 800 viaturas.

Saber quantas viaturas existem nas rent-a-car todas da Região, se tivesse relevância para este diploma, eu própria já teria sabido.

Portanto, eu tenho o maior gosto em responder a essa questão. O senhor pode ir ao portal e terá com certeza essa resposta. Neste momento, eu tenho que ir ao portal consultar para lhe dar essa resposta. Se eu vou, o senhor também pode ir.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas isto o que é?!

A Oradora: Temos 161 rent-a-car.

O senhor vai ao portal da Associação e certamente terá lá essa resposta. Se não tiver, eu terei o maior gosto em lhe responder por escrito, como aliás já tenho feito em relação a outros documentos que foram distribuídos pela bancada parlamentar, a fim de que tenha a informação que requer.

Para este diploma, aquilo que se estima, e quem estima é a associação dos automóveis de aluguer sem condutor, é que possa abranger 800 viaturas. Mas também lhe vou dizer que nem que fosse uma, já merecia a nossa atenção...

Deputado Berto Messias (PS): A senhora não sabe!

A Oradora: ... porque era menos uma que era retirada do mercado da atividade e menos uma para satisfazer aqueles que todos os dias procuram novas viaturas nas rent-a-car e para controlar um pouco melhor o preço.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas isso não está em questão.

A Oradora: É tão só esta a questão.

Depois, também me custa perceber que se estão todos de acordo, estejamos aqui a encontrar pequenos pormenores de desacordo.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

Deputado Carlos Silva (PS): A não resposta da Sra. Secretária é que deixa antever alguma coisa.

Deputado António Lima (BE): De facto é estranho!

Deputado Berto Messias (PS): A senhora teve toda a noite para arranjar esses dados, o que é que se passa?

A Oradora: Sr. Deputado, se eu estivesse nessa bancada e estivesse de acordo, eu queria associar-me a uma decisão que é boa para os açorianos, para os Açores, para as rent-a-car e para quem nos procura e para quem nos visita.

Não vejo que seja necessário encontrar pequenas discordâncias, quando a concordância, de fundo, é aquela que importa e que é aprovar este diploma.

Eu gostava de perceber essa lógica de funcionamento da vossa bancada, porque se estão de acordo... o que é que nós desejamos? Que seja aprovado. É a pequena discordância que conta?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vejo que a bancada do Governo ficou mais pequena agora, não sei se tem a ver com a forma como a Sra. Secretária respondeu.

Eu lamento – e custa-me dizer isto – a arrogância do Governo nesta matéria e, em particular, a arrogância que a senhora transmite na sua resposta.

Querer censurar as perguntas que a oposição faz não é para nós aceitável, Sra. Secretária.

Nós estamos no direito de fiscalizar a atividade política. Nós é que decidimos as perguntas que entendemos ser relevante fazer, não é a Sra. Secretária!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vir aqui dizer “eu não preciso responder, o senhor que vá consultar...”, isso é o novo paradigma do Governo?

Deputado Bruto da Costa (PSD): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Eu não esperava que a Sra. Secretária, com a experiência política que tem, viesse para um debate destes, sobre esta matéria, e não tenha a informação disponível.

Eu acredito, muito sinceramente, que a senhora tem essa informação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tantas vezes que eu fiz perguntas e não me respondiam.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E o que é que o senhor dizia na altura?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Arrogância! Não me respondiam!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não respondiam e quando respondiam mentiam na resposta!

O Orador: Quando eu puder continuar...

Presidente: Obrigado Sr. Deputado Carlos Silva.

O Orador: Sr. Presidente, eu ainda não acabei. Estou só à espera que me deixem falar.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado Carlos Silva.

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente.

Ainda bem que não repreendeu os Deputados que me estavam a interromper. Sra. Secretária, a pergunta que eu lhe fiz foi muito simples.

Eu não perguntei quantas viaturas ficariam abrangidas por este diploma.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é que é relevante?

O Orador: É importante, claro que é!

Deputado Carlos Freitas (PSD): É as que vão ser abrangidas!

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

O Orador: Ó Sr. Presidente, isto não pode ser só para alguns.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, poderão inscrever-se já de imediato para contraditar o Sr. Deputado Carlos Silva. Permitam, agora, que o Sr. Deputado faça a sua intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente, por me permitir continuar.

Sra. Secretária, queria deixar muito claro, como já foi aqui deixado claro pelos Deputados Vílson Gomes e Rui Anjos, que nós estamos a favor desta proposta.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não parece!

O Orador: Nós entendemos que ela é relevante. Mas isso não desonera a senhora de dar as explicações necessárias a este Parlamento.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Exatamente!

O Orador: A Sra. Secretária diz que o mais relevante é dizer quantas viaturas são abrangidas. Mas não diz a resposta.

Nós perguntámos quantas viaturas existem licenciadas. E a senhora também não deu a resposta também.

Portanto, qual é o problema, Sra. Secretária?

O que é que há aqui escondido que nós não podemos saber?

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Escondido?! – é inteligente!*

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Gustavo

Alves: Oh pelo amor de Deus!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ver?!

O Orador: É que a ausência da sua resposta, deixa-nos tirar essa conclusão. É que há aqui um incómodo qualquer em indicar a evolução do número de viaturas licenciadas. E no preâmbulo do diploma que apresenta é dito “Com a atual retoma da atividade económica, tem-se deparado com dificuldades em adquirir novos veículos para responder à intensa procura”.

Então, eu pergunto: quais são os dados que sustentam essa afirmação? Não nos consegue transmitir essa informação?

É só isto Sra. Secretária. Mas para que fique descansada, nós estamos a favor desta proposta de alteração, só que pedimos informações que entendemos que são relevantes essas informações.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção que vou fazer é uma intervenção de indignação, porque não é possível. Eu não cheguei aqui há 1 ano e meio.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nem nenhum de nós que aqui estamos.

O Orador: Eu estive durante os governos presididos pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Estive durante os governos presididos pelo ex-Presidente Carlos César. E, portanto, eu sei quais eram as práticas.

As práticas eram fazer uma pergunta e nem sequer obter qualquer resposta por parte do Governo!

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade! Mas, nunca com esta arrogância!

O Orador: Voltar a perguntar e dizer que tinham obrigação, que o Governo tem obrigação de responder perante o Parlamento e voltarem a não responder!

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Levantar-se o deputado que estava ao lado, voltar a fazer a pergunta e o Governo continuar a nem sequer se inscrever para responder!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E não foi isso o que se passou agora.

O que a Sra. Secretária disse foi que não tem esses dados e que os remeterá por escrito. É tão simples como isso!

Isto não é a recusa em responder que o governo do Partido Socialista tantas e tantas vezes fez ao longo de todos estes anos.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Está tudo na internet. Basta ver os vídeos.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem de terminar.

O Orador: Termino, Sr. Presidente.

Vir agora acusar o Governo de não querer responder, quando isso era uma prática instalada pelos governos do Partido Socialista durante tantos anos. E mais: quando chegava à sexta-feira, sabe quantos membros do governo ali estavam? Um membro do governo!

Muitas vezes o agora Sr. Deputado Berto Messias estava ali sozinho a responder. Isso é que era uma falta de dignificação completa do Parlamento e uma arrogância completa do governo!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Não nos esqueçamos, Sr. Deputado! Eu não me esqueci!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Grupo Parlamentar do PPM esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu volto ao debate sobre este diploma, em primeiro lugar, para relembrar que o mesmo entrou nesta Casa com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão e, como tal, nós não temos a oportunidade de analisá-lo nem solicitar dados ao Governo que são importantes para a sua análise, em Comissão. Por isso, o Governo deve vir munido da informação necessária para a sua análise.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Ora, a pergunta do Deputado Carlos Silva é não só pertinente, como importante. E assumo a minha falha por não a ter feito, já agora.

Ela é importante, porque este diploma parte dum pressuposto, ou seja, que há menos carros agora do que havia em 2019.

Nós tomámos, de certo modo, como bom – talvez errada e ingenuamente – esse entendimento que o diploma tem. Mas perante a pergunta que é feita diretamente, depois de termos interrompido os trabalhos ontem, tendo regressado hoje às 10 da manhã, o Governo teria tido não só tempo, mas a obrigação de ter esses dados e responder. Porque se, neste momento, existirem mais carros e substancialmente mais carros licenciados nos Açores do que em 2019, este diploma cai por terra, na nossa opinião. Ou seja, a sua pertinência e a sua justificação não existem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quer dizer, diziam que o Governo tinha chegado tarde. E agora isto?!

O Orador: Pior, o que o Governo está a usar como justificação para o diploma, é um argumento falso. E, como tal, nós não podemos votar favoravelmente um diploma com pressupostos falsos.

Por isso, Sra. Secretária, resta-nos da nossa parte, reafirmar que o nosso sentido de voto está obviamente dependente da informação que o Governo deve prestar a esta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(Aparte impercetível do Deputado Berto Messias)

(*) **Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Berto Messias está com saudades da altura em que nos discorria *teorias da batata-doce* acerca de... rent-a-car!

Deputado Berto Messias (PS): Eu discutia o que os senhores agendavam.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Pedro Pinto)

O Orador: Eu apenas intervenho, porque aparentemente a pertinência do diploma cai por terra.

Ontem o Governo foi acusado de estar a dormir e ter chegado tarde, quando devia ter resolvido a situação.

Hoje...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sexta-feira.

O Orador: ...afinal, se calhar o Governo está aqui a fazer uma trapaça, porque o que quer fazer é colocar carros no mercado e não se percebe muito bem porquê.

Toda a gente sabe que o que não falta na Região, são carros de rent-a-car. E toda a gente sabe que agora os carros até estão a 2 e 3 euros, porque paga-se mais pelo estacionamento nos espaços da rent-a-car do que metê-los a circular. Parece que é isso que está a acontecer.

Para recentrar o debate, Sr. Deputado António Lima, há uma coisa que é preciso referir, é que a Sra. Secretária ontem disse inclusivamente de onde é que veio a ideia e a pretensão, ou seja, quem é que suscitou, até nomeou o indivíduo, mas a realidade é quem foram os operadores e empresários. Ou seja, estar a tentar insinuar que se calhar houve um crescimento exponencial no número de ativos que as rent-a-car têm, para agora vir dizer que se calhar é importante dizer qual é o número efetivo de viaturas licenciadas, porque talvez até não faça sentido estar a prorrogar este prazo, é uma absoluta suspeição que está a lançar sobre os empresários, ou seja, os empresários é que são os trapaceiros, porque foram pedir ao Governo que arranjasse um regime de exceção, quando ele não era necessário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e da Secretária Regional da Educação)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Carlos Silva disse que é um direito dos deputados fiscalizarem o Governo. Eu não vejo isto como um direito. É uma obrigação.

Nós somos obrigados a fiscalizar o Governo. Contudo, eu tenho que ser justo. A maior parte das respostas que o Governo deu aos requerimentos do PAN valiam quase zero. Mas, neste momento, eu tenho que defender a Sra. Secretária (não que me apeteça muito) pela injustiça que está a ser feita. É que o Governo teve um Conselho de Governo ontem à noite e tinha mais que fazer para, no espaço temporal do Sr. Deputado Carlos Silva, estar a responder quando lhe apetecesse. Se já disse que vai responder por escrito, responde por escrito.

Agora as bancadas do Grupo Parlamentar do PS e do Bloco de Esquerda se quiserem votar contra, que votem contra! É muito simples!

Não há informação, votem contra!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e da Secretária Regional da Educação)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando o Governo não responde a perguntas diretas e objetivas, às quais tem acesso à distância dum click... ou dois, é obviamente de pôr em causa os pressupostos deste diploma. E custa-me a perceber o porquê da Sra. Secretária não responder.

E, Sr. Deputado Pedro Neves, a Sra. Secretária pode ter tido muito que fazer ontem à noite, mas eu pergunto, quantos assessores tem o seu gabinete?

Não há um Diretor Regional dos Transportes?!

Não há ninguém que pudesse tentar obter essa informação? Se quiser, o Bloco de Esquerda pede um intervalo de 30 minutos para a senhora tentar obter essa informação.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Mas isso não é relevante!

Deputado Berto Messias (*PS*): Nem assim.

O Orador: Tenho a certeza de que algum grupo parlamentar é capaz de pedir mais 30 minutos para dar uma hora ao Governo para tentar pedir essa informação.

Deputado Paulo Estevão (*PPM*): E porque é que o senhor não mandou o seu gabinete fazer isso?!

Deputada Ana Luís (*PS*): Oh Sr. Deputado, se alguém fizesse isto há 2 anos, o senhor *rasgava as vestes aqui!*

O Orador: Como lhe disse, o sentido de voto do Bloco de Esquerda está dependente dessa informação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

(Protestos impercetíveis trocados entre os Deputados das bancadas do PSD e PS)

Presidente: Srs. Deputados, eu não tenho condições para continuar os trabalhos.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Continuem nessa festa, Srs. Deputados, porque os açorianos percebem isso perfeitamente!

Os açorianos percebem perfeitamente que aquilo que era um assunto em que toda a gente concordava, dum momento para outro, quanto mais se fala, mais

se discorda. E essa discórdia só mostra aos açorianos o que é que realmente em certas horas se está fazendo aqui dentro.

Quem é que quer resolver os problemas e quem é que não quer resolver os problemas! E depois admiram-se da abstenção dos açorianos!

A abstenção só vai aumentar enquanto nós tivermos esse tipo de comportamento aqui!

Nós estamos aqui para resolver problemas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Nós não estamos aqui para *pôr areia na engrenagem!*

Parece até que as pessoas acham que isto é que é interessante, que isto dá montes de votos!

Há pessoas lá em casa que vão deixar de votar num partido para votar no outro, só porque puseram *areia na engrenagem?! Francamente!!*

Pensem um pouco naquilo que estão a fazer.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. O Sr. Deputado Independente esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir neste debate, porque parece-me que há algo mais que aqui está em causa do que apenas a questão das viaturas de aluguer. Acho que aqui está em causa, sobretudo e em primeiro lugar – gostava de dizer isto ao Sr. Deputado Carlos Furtado e a todos aqueles que eventualmente pensem como ele – que esta é efetivamente uma Casa de debate e de se colocar questões.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Exatamente, claro!

O Orador: E de se divergir.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Exatamente!

O Orador: E de se pedir explicações.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Concordo!

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, cada um encarará o seu papel da maneira como entender.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mas não se tente limitar aquele que é o dever de cada um dos deputados quando se diz “se está tudo de acordo, então porque é que a gente está aqui a discutir”?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Ninguém disse uma coisa dessas.

O Orador: Eu não estou a falar com o Sr. Deputado Paulo Estêvão, estou a falar com o Sr. Deputado Carlos Furtado.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Fala para todos!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Carlos Furtado, eu não posso aceitar essa sua última intervenção exatamente por aquilo que ela significa e o entendimento que a ela subjaz.

Em segundo lugar, o que aqui também está em causa é uma monumental incoerência e contradição. É uma incoerência da parte dos partidos que hoje invocam...

(Aparte impercetível do Deputado Carlos Furtado)

O Orador: Eu não ouvi aquilo que o senhor disse em aparte. Se quiser intervir peça a palavra.

Portanto, gostava de dizer que o aqui também está em causa é uma monumental incoerência e contradição, porque os partidos que reclamavam e invetivavam os anteriores Governos Regionais quando diziam “há documentação que está publicada”, referindo que isso era um *atentado à democracia e ao Parlamento*, entre os quais se destacava o Sr. Deputado

Paulo Estêvão, são hoje exatamente os mesmos que fazem tábua rasa de tudo aquilo que disseram...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: ...e não fazem igual, fazem pior, fazem muito pior!

Em terceiro lugar, o que este diploma revela é uma monumental trapalhada!

Deputado Carlos Silva (PS): Mais uma!

O Orador: Este diploma deu entrada nesta Casa, quando não devia ter sido admitido sequer, porque não estava assinado. Não devia sequer ter sido admitido.

Deputado José Contento (PS): Muito bem!

O Orador: Nem sequer estava assinado por quem deveria estar.

Em segundo lugar, a Sra. Secretária chega aqui e diz *essa pergunta não é relevante!*

Eu peço desculpa, Sra. Secretária, mas não é a senhora que diz o que é e o que não é relevante.

Todos nós estamos a fazer um esforço para salvar este diploma das trapalhadas em que o Governo o colocou!

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Deputada Andreia Cardoso (PS): É sim senhor!

O Orador: Nem sequer suscitámos o incidente que se oferecia a quem quisesse complicar a vida a este diploma.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, lições do tipo *estamos todos de acordo* e que ao fazermos questões, estamos no fundo a não querer aprovar o diploma, eu peço desculpa, mas isso não é aceitável!

Este diploma vai a votação e previsivelmente será aprovado, porque a começar pelos Deputados desta bancada, ninguém levantou o problema – que

se calhar até devia ter sido levantado! – da irregularidade com que ele foi admitido, da confusão e da trapalhada que foi feita com este diploma!

Vozes dos Deputados da bancada PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não há nenhuma trapalhada.

O Orador: E, portanto, não nos venham dar lições em relação àquilo que é efetivamente a concordância de todos.

Vamo-nos centrar no essencial?

Muito bem. Vamo-nos centrar no essencial.

Para avaliar devidamente este diploma, independentemente das questões de forma, há um dado que nós consideramos relevante que é a pergunta que foi colocada pelo Sr. Deputado Carlos Silva. Quanto a esse dado a Sra. Secretária pode dizer que não responde, que não tem esse dado neste momento...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Foi o que ela disse!

O Orador: Não. O que a senhora disse foi que não considerava a questão relevante!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Não, não. Não foi nada disso!

O Orador: Portanto, eu gostava de reiterar a questão que foi colocada...

Deputado Paulo Estevão (PPM): O senhor sabe que isso não é verdade!

O Orador: ... porque, desde logo para mim, a questão é relevante.

A questão já foi colocada pelo Sr. Deputado Carlos Silva.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva e Deputada Andreia Costa (PS): Três vezes! Uma ontem e duas hoje!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria salientar aqui que nós estamos de acordo em aprovar este diploma. Todos nós percebemos a urgência. A Sra. Secretária explicou bem a urgência com que este diploma foi a Conselho do Governo, foi aprovado, foi elaborado, para chegar a este plenário. Foi, de facto, um processo urgente. E estamos aqui para decidir uma questão urgente.

Entretanto, por estarmos todos de acordo e ser uma medida boa, o Partido Socialista resolveu ligar o *complicómetro*, que era o de saber um número determinado, que depende de informação eventualmente até administrativa e de recolha de informação e de pedidos de dados. E isso naturalmente é um serviço da administração e a Sra. Secretária respondeu de forma transparente que não tem os dados neste momento, mas que assim que os tiver informará por escrito, mas até podia ser só um. Acho que foi mais ou menos isto que a Sra. Secretária disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi nada disso!

Deputado Berto Messias (PS): Não foi só isso que a Sra. Secretária disse, não foi!

O Orador: Eu vou lembrar aqui um debate antigo que a dada altura

Se dizia assim: “o que se passa é que temos uma oposição preguiçosa”. E, depois, dizia assim o então membro do governo:

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que tem um nome!

O Orador: “O PSD não se quer dar ao trabalho de procurar. O PSD quer transformar o governo no assistente administrativo do principal partido da oposição. Ou seja, o PSD quer que ele” (o membro do governo da altura), “como Secretário da Presidência e que tem a tutela dos Assuntos Parlamentares, me ponha de Jornal Oficial na mão frente a uma fotocopiadora a tirar fotocópia por fotocópia, para responder àquilo que é público”!

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

“Os senhores têm adjuntos, os senhores têm assessores – também é público!
Então porque é que não fazem o trabalho?!”

Nós temos uma oposição preguiçosa que quer transformar o Governo no seu assistente administrativo”. – Quem disse isto foi o Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Eu prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Bruto da Costa:
O que é que os senhores disseram a seguir nesse debate que referiu?

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

E o que é que os senhores invetivaram?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tenho aqui essa parte.

O Orador: Ah pois... essa página é que faltou!

Aqui o que está em causa também é essa incoerência política.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Não, não. A Sra. Secretária respondeu!

O Orador: É sim senhor. E ela está demonstrada.

É que os senhores não fazem igual. Os senhores fazem muito pior do que aquilo que alguma vez os governos do Partido Socialista fizeram!

Desse ponto de vista, quem invetivava os governos do PS, nesta e em muitas outras matérias. Aliás, o Sr. Deputado Nuno Barata tem uma expressão que acho que é muito feliz: os senhores fazem “aquilo que de negativo criticavam aos governos do Partido Socialista e fazem aquilo que nem sequer passava pela cabeça aos governos do Partido Socialista fazer”!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fim de citação.

O Orador: Exatamente. Essa eu ouvi.

Portanto, o que está aqui em causa para além da questão substantiva...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: ...e volto a reiterar o pedido feito pelo Sr. Deputado Carlos Silva quanto à informação que nós consideramos importante para discutir este diploma, é exatamente essa contradição.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Não é não!

O Orador: Não chega a 2 anos depois, os senhores não fazem igual àquilo que o governo do PS fazia. Os senhores fazem muito pior!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. O Partido Socialista esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Secretária...afinal?

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do XIII Governo gostaria de clarificar algumas matérias em relação às componentes procedimentais do debate e da questão das perguntas e das respostas.

Vários e várias Sras. e Srs. Deputados podem ser testemunhas que inclusivamente não só nos plenários, mas até nas Comissões, quando há circunstâncias (e já se passou comigo) em que não havia as respostas, o compromisso de fazê-las chegar às Sras. e Srs. Deputados foi logo cumprido por escrito até, quer seja no plenário, quer seja nas Comissões Parlamentares.

Deputado Berto Messias (PS): Mas também já aconteceu o contrário.

O Orador: E as Sras. e Srs. Deputados são testemunhas deste facto.

O Governo não se recusa a responder. O Governo quando não tem a resposta no momento, na primeira oportunidade, faz chegar a resposta, como já fizemos em várias circunstâncias por escrito até. E isto, Sras. e Srs. Deputados, faz uma diferença muito grande.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E por muito que nós queiramos tentar falar de futuro, é o próprio Partido Socialista que nos faz olhar para o passado. E de tanto o fazer, eu acho que pode até condicionar o seu futuro. Mas sobre isso nós estamos satisfeitos. Não tem problema nenhum.

Gostaria, também, de dar nota do seguinte: as Sras. e Srs. Deputados também sabem que no passado o tempo de resposta dos requerimentos era de 60 dias e passava-se às vezes meses e anos – havia requerimentos que nem eram respondidos. Agora esse tempo foi diminuído pela atual maioria, para 30 dias.

Sabem quantos requerimentos estão em atraso? Zero!! Zero em atraso!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e da Secretária Regional da Educação)

Deputado Carlos Silva (PS): Ó Sr. Presidente o que é isto tem a ver com as rent-a-car?!

É sempre a mesma coisa e são sempre os mesmos!

O Orador: São 30 dias, pela primeira vez na história da Autonomia. E estão zero em atraso. Anteriormente, quer queiramos quer não, eram 60 dias, havia uns que passavam meses sem serem respondidos e havia outros que nem sequer eram respondidos.

Mas atenção, não é só aqui que se está a fazer a diferença. E permitam-me que relembre algumas matérias, porque é importante não apagar o passado, pois não se pode estar a resolver problemas do presente e do futuro, sendo acusados de estar atrasado por quem não os resolveu no passado.

Foi o que aconteceu com a caducidade dos contratos dos docentes, que os senhores nunca resolveram. Nós resolvemos e fomos criticados.

O que aconteceu com os técnicos de diagnóstico, ainda recentemente, os senhores levaram anos e anos e nunca resolveram. E nós resolvemos e fomos acusados de estar atrasados.

Os senhores desgraçaram a SATA, faliram a SATA. Nós estamos a salvá-la e ainda nos querem colocar culpas em cima!

Os senhores tenham vergonha da vossa herança e tenham um pouco de decência nesta Casa!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e da Secretária Regional da Educação)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a fazer essas coisas com o dinheiro que alguém deixou, certo?

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para uma interpelação.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, peço uma interpelação para solicitar à Mesa a transcrição urgente deste debate, onde foi dito pela Sra. Secretária Berta Cabral que a pergunta que eu tinha feito não era relevante. Portanto, peço com urgência essa transcrição.

Muito obrigado.

Presidente Está registada a sua interpelação, Sr. Deputado Carlos Silva.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma pergunta para fazer ao Governo, não sei antes dizer que é curioso como esta maioria justifica as suas atitudes com as atitudes dos outros.

Nós estamos a agir mal, mas olhe, aqueles eram piores! – vejam só.

É uma justificação inqualificável.

A Sra. Secretária, mandou-nos de certa maneira trabalhar (é uma coisa simpática de se dizer),...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termino já.

... disse que tal como podia ver os dados nós também podíamos. Pois diga-me lá um dado.

Falou num portal, qual é o portal?

Onde é que isso está? Já que nós somos uns preguiçosos que não queremos trabalhar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem é que disse isso?!

O Orador: ...podemos ir consultar os dados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho, porque na verdade quando a bancada do Partido Socialista começa a tentar fazer a política do *caso e do casinho*, não se focando no essencial, vem sempre o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, com a solenidade a que também já nos habituou, tentar...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Elevar o debate!

O Orador: ... elevar o debate. Exatamente! Muito obrigado, Sra. Secretária.

... e dizer que afinal o Partido Socialista está aqui com lisura sempre e respeito e que não quer fazer mais do que fiscalizar, questionar o Governo e esclarecer os açorianos.

Deputado Flávio Soares (PSD): São os grandes defensores do povo.

O Orador: Não discordo que seja esse o papel. Não me parece que seja isso que estejam a fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E digo isto porquê?

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, por motivos que não interessam agora, não assistiu (e talvez não lhe transmitiram) ao debate da parte da tarde, mas quando o Sr. Deputado Carlos Silva fez a pergunta, a primeira resposta da Sra. Secretária foi que não tinha esses dados disponíveis, mas que os faria chegar por escrito, assim que os obtivesse. Essa foi a resposta imediata. E a partir daí, o Partido Socialista continuou a cavalgar esta questão. Aliás, não foi a partir daí. Foi hoje de manhã, estando o debate à partida resolvido, decidiram desenterrar o *caso e o casinho*. Ou seja, tentar fazer disto a grande questão.

O Sr. Secretário Regional das Finanças já falou aqui de algumas incoerências do Partido Socialista, quando vem acusar o Governo de fazer tarde aquilo que efetivamente no passado não foi feito.

O Sr. Deputado António Lima vem dizer que este Governo se desculpa com o “ah os outros eram piores”. Mas não é essa questão.

Vou-lhe dar aqui um exemplo.

Nós aprovámos nesta Casa há não muito tempo, por proposta do Partido Socialista, o diploma para estender o CEDO aos doentes transplantados. A proposta original do Partido Socialista tem zero do PS. O Partido Socialista abriu o diploma e não mexeu nele. Porquê? Porque quem o fez foi o Bloco de Esquerda.

Na altura em que isto foi apresentado com urgência, uma das coisas que as bancadas que suportam a Coligação questionaram foi quantos doentes eram abrangidos?

Deputada Alexandra Manes (BE): Ainda?! Ainda está aí?!

O Orador: Baixou à Comissão com um protesto do PS, questionando o que é que interessava saber quantos doentes eram abrangidos e eventualmente qual era o custo.

O Bloco de Esquerda, a seguir, faz uma alteração. E a alteração é *para todos os doentes*.

Alguém questionou quantos doentes é que são deslocados por ano? Alguém sabe?

Deputada Alexandra Manes (BE): Ainda isso?!

Deputado António Lima (BE): Mas qual é a relação disso com isto?

O Orador: Qual a relação, Sr. Deputado António Lima? É tão simples quanto isto: há uma proposta aqui em discussão que visa criar um regime de exceção para que determinadas viaturas possam ser utilizadas para lá daquilo que estava definido.

O que é que interessa aqui? Qual é o foco?

Saber exatamente quantas viaturas estamos a falar. Esse é o foco.

A segunda pergunta que não deixa de ser relevante (eu não digo que é irrelevante), saber qual é o parque automóvel, sem dúvida é pertinente, foi-lhe negada a resposta? Não foi.

Foi-lhe dito que seria enviada por escrito, porque não tinham esses dados. Essa foi a primeira resposta.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas é importante saber agora!

O Orador: Mas então voltamos atrás. Ou seja, aparentemente estamos todos de acordo com esta prorrogação de prazo, à exceção do Bloco de Esquerda que acha que é na verdade uma trapaça.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para reafirmar o seguinte: eu disse, desde a primeira hora, que não tinha dos dados e que os faria chegar por escrito. Desde a primeira hora. Continuo a dizer. Mas também tenho que dizer que quero saber exatamente qual é a pergunta?

Não me refiro à do Sr. Deputado António Lima, que é muito clara, isto é, quantos automóveis havia em 2019? Quantos existem em 2022? – essa é muito clara.

Deputada Ana Luís (PS): Mas foi isso mesmo o que o Deputado Carlos Silva perguntou ontem!

A Oradora: A pergunta do Sr. Deputado Carlos Silva, eu quero saber rigorosamente qual é, porque ontem perguntou-me quantos eram abrangidos. Nós tentámos saber através da Associação e são 800 carros abrangidos.

Se tem mais alguma pergunta a fazer, com toda a legitimidade, quero que me diga exatamente qual é a pergunta para amanhã a resposta ser de acordo com ela.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS- PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, o Partido Socialista não tem tempo.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, terá de ser uma interpelação. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Uma interpelação à Mesa.

Pedimos a transcrição urgente do debate...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Outra vez?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor já nem sabe qual foi a pergunta que fez!

O Orador: Calma, Sr. Deputado Joaquim Machado. Não se excite!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não me excita nada!

O Orador: Ainda bem!

Sr. Presidente, as perguntas que fiz estão devidamente registadas na transcrição que será disponibilizada.

Presidente: Na transcrição que solicitou.

O Orador: E considerando que o Partido Socialista já não tem tempo, creio que não as posso fazer. Mas se me permitir, farei novamente as perguntas.

Presidente: Elas estarão com certeza na transcrição que o Sr. Deputado solicitou.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste diploma - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XII – na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XII foi aprovada, na generalidade, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições para os partidos que ainda têm tempo?

Não havendo, vamos votar o 1.º Artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação as propostas de alteração, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao Art.º 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Art.º 2.º do diploma com estas propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Art.º 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto o 3º e 4º Artigos do diploma?

(É dada a indicação negativa por alguns Deputados)

Então está à votação o Art.º 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Art.º 3.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Está à votação o Art.º 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Art.º 4.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XII foi aprovada, em votação final global, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda absteve-se na votação deste diploma não por discordar do seu objetivo, mas porque o pressuposto

fundamental para a sua aprovação não foi efetivamente justificado pelo Governo. Nomeadamente a existência de menos viaturas de aluguer neste momento em circulação na Região, do que em 2019, ou substancialmente menos.

Na nossa opinião, isso deveria ter sido justificado. Foi questionado por diversas vezes e, tendo em conta que os trabalhos foram interrompidos desde ontem até hoje, deveria ter sido transmitido ao Parlamento para realmente justificar a necessidade deste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, acalme-se, nem sempre se pode ganhar.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Deputada Andreia Cardoso (PS): A necessidade de reafirmar isso diz muito.

O Orador: Sr. Presidente, o PPM votou favoravelmente esta iniciativa, porque a considerávamos urgente e útil nas atuais circunstâncias.

Considerávamos isso no início deste debate, como muitos outros que disseram que até já devia estar feito, porque alguém *andou a dormir na forma*.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Que isso é evidente, que entrava pelos olhos adentro. Mais era necessário do que ver os preços, a instabilidade, o testemunho dos profissionais do setor.

Para quê tanto tempo, tão tarde? Já afetando tanto o verão, com tanta gravidade?

Foi assim que alguns entraram neste debate e eu também. Mas mantive essa postura e essa perceção.

Entretanto, também na 2.^a parte do debate, o PPM manteve essa mesma perceção, a evidência que entra pelos olhos adentro. Mas outros começaram a perguntar quantas conchas estão no areal...

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Deputado isso está muito difícil!

O Orador: Quantas conchinhas estão no areal? – é importante fazer esta pergunta.

Sabem que há muitos, mas querem saber quantos precisamente.

Para nós, na nossa perspetiva, a questão fulcral continuava a ser a mesma: resolver um problema que é uma evidência. O que é branco é branco. O que é preto é preto.

Por isso, é que mantivemos a nossa coerência nesta matéria. O que é urgente, aquilo que é preciso fazer e é preciso que seja depressa. Para quê? Para dar oxigénio a este setor fundamental, para que ele possa respirar e para que se crie riqueza nos Açores. É isso sempre que nos preocupamos em fazer, isto é, facilitar a vida das pessoas, dar resposta a problemas concretos e colocar a nossa economia a funcionar, porque é necessário que a economia funcione – para quê? – para responder aos problemas da saúde, na área da educação, do crescimento económico. Mas há muita gente que quer amarrar os Açores a um não crescimento e há outros que só por politiquice, só para criar alguns problemas – porque esse é o nível da sua política neste momento – colocar o *episodiozinho*, o colocar uma *dificuldadezinha*, tentar impedir que o Governo faça mais devagar aquilo que tem que fazer com urgência e que está motivado para fazer com toda a urgência e com toda a determinação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta matéria, como em tantas outras, o Governo agiu com determinação, detetou um problema e resolveu-o com toda a urgência e determinação, apesar dos *obstaculozinhos* e da areia na engrenagem que outros tentaram colocar aqui no âmbito deste debate.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou favoravelmente esta iniciativa, por considerar que os atuais constrangimentos que se verificam nas cadeias de abastecimento, colocam algumas limitações ao exercício da atividade de rent-a-car.

Por isso, com a responsabilidade e coerência que nos caracteriza, votámos favoravelmente esta iniciativa. Mas isso não desresponsabiliza o Governo de dar as respostas que este Parlamento pede. E foi isso que fizemos, porque está diretamente relacionado com o diploma, o número de viaturas licenciadas para a atividade de rent-a-car.

Foi isso que questionámos e foi a isso que não tivemos resposta.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A aprovação deste diploma mostra uma vez mais que o Governo da Coligação não é cego, nem surdo, nem mudo.

Atendendo a um problema concreto, ouviu os empresários e pronunciou-se com este diploma que acaba por resolver esta situação de falta de efetivos pelas rent-a-car.

A realidade é que atendendo a um problema concreto que toda a oposição concorda, inclusivamente aqueles que não acompanharam a aprovação deste diploma, que se prende com as cadeias de abastecimento, foram levantadas questões acessórias, tentando insinuar que afinal esses problemas não se verificavam, que a ausência de efetivos não seria real e que isto não seria mais do que uma qualquer benesse aos empresários do setor que neste momento apenas querem um euro mais fácil, em vez de irem à procura de

carros no mercado, uma vez que eles estão, como toda a gente sabe, absolutamente disponíveis, contrariando as próprias afirmações dos próprios que levantaram esta questão.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é o que o senhor faz!

O Orador: E, por isso, é óbvio que o Grupo Parlamentar do CDS teria que votar e acompanhar esta proposta do Governo da Coligação, porque é uma proposta que resolve um problema concreto e que esperamos venha trazer alguma normalidade e maior previsibilidade e conforto a quem nos visita, podendo assim visitar com maior conforto e maior facilidade todas aquelas que são as belezas naturais das nossas ilhas.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este debate começou com a acusação do Partido Socialista de que o Governo devia -se ter lembrado desta ideia em janeiro.

Pois bem, eu na minha freguesia tenho muitos amigos que conseguem adivinhar à segunda-feira o resultado que aconteceu no domingo. E além disso, se em janeiro podia-se ter apresentado uma proposta desta natureza, porque é que o Partido Socialista não a fez?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Gomes, não se pode dirigir a outras bancadas em declarações de voto.

O Orador: O que há a realçar neste diploma, é a sua pertinência e o bem que fará às empresas de rent-a-car.

Queria dar só um pequeno exemplo. Fizemos há pouco uma pesquisa no site de aluguer e de 9 a 12 de julho em Ponta Delgada, só há 3 carros disponíveis a 520€ a diária.

Deputada Ana Luís (PS): Isso não é possível. O senhor deve fazer uma declaração de voto. Se era para uma intervenção tinha pedido a palavra para isso.

O Orador: Portanto, esta foi uma boa proposta que muito contribuirá para atenuar as dificuldades que as rent-a-car estão a sentir.

Mesmo a terminar, só realçar aqui a humildade da Sra. Secretária em referir quem foi o *pai moral* da proposta, o que demonstra a humildade que o nosso Governo tem e a vontade que tem em resolver os problemas dos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votei favoravelmente esta iniciativa do Governo, porque para mim, enquanto parlamentar, para cada problema dos Açores há (da minha parte também!), a obrigação moral de contribuir, pelo menos, para uma solução. E esta é a minha obrigação e o meu dever. É para isso que me pagam.

Na falta de melhor solução para resolver os problemas (da falta) de viaturas de aluguer na Região, esta será seguramente a solução que não sendo a melhor do mundo, será a solução que resolverá no imediato este problema.

Porque não podemos permitir que a economia paralela passe a ser uma marca da economia regional (há indícios de que isso possa acontecer pela falta de carros); porque também não podemos permitir que pelo facto de haverem poucas viaturas disponíveis e aos preços exorbitantes que têm sido praticados pelas rent-a-car, possamos estar aqui a afastar o turismo das nossas ilhas, ou a condicionar o crescimento esperado que todos almejávamos há pouco tempo

atrás quando estávamos no forte do Covid-19; mas agora quando a economia dá sinais de retoma, e quando as pessoas preferirem visitar os Açores nessa altura, haja quem condicione a estadia das pessoas na nossa terra, porque há poucas viaturas e, além disso, há pouca vontade de resolver este problema.

Não é assim que chegamos lá, nem é assim que poderão contar comigo para isso. Eu estarei sempre aqui disponível para tentarmos encontrar soluções que resolvam os problemas desta terra. E este diploma não vai seguramente resolver os problemas todos, mas é um contributo importante numa altura em que precisamos receber quem nos visita.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos.

Os pontos 17 e 18, e respetivos diplomas, já foram apresentados. Avançamos para o ponto 19 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 129/XII – “Flexibilização de regras nos contratos do Fundo de Apoio Municipal para os Municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste”.

É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A justificação desta urgência prende-se com 4 pontos essenciais. O 1.º ponto, porque estes são os únicos 2 Municípios nos Açores – Vila Franca do Campo e Nordeste – que ainda estão sujeitos a programas de ajustamento financeiro; o 2.º ponto, porque estes dois autarcas têm desenvolvido todos os esforços para poderem arranjar mecanismos de flexibilização de regras, para melhor atenderem às suas populações e temos visto isso em várias discussões nas assembleias municipais destes Municípios, de reuniões de câmara que são

públicas. E pomo-nos ao lado e em solidariedade com estes dois autarcas que estão também com os seus mecanismos próprios a tentar que isto aconteça. Mas também num 3.º ponto, e talvez o mais importante e justo, é que foi aprovado na Assembleia da República, no final de novembro de 2021, a Lei 74/2021, chamada “alteração de regras de enquadramento ao programa de apoio à economia local”.

O que é que aconteceu com esta Lei?

Foram dadas estas oportunidades que nós estamos a pedir para os dois Municípios dos Açores, a quatro Municípios do continente.

O que nós queremos com esta urgência, Sr. Presidente, pondo-nos ao lado destes dois autarcas nesta luta que tem sido bastante dura e muitas vezes inglória, é que a autorização da República também chegue a tempo destas duas Câmaras Municipais (com esta autorização, se for autorizado) prepararem os próximos orçamentos municipais, já no próximo mês de outubro.

Por isso, o que se pede com esta urgência é o mesmo tratamento que foi dado pela República a quatro Municípios do continente, para dois Municípios dos Açores.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Está fundamentada a urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa incide sobre os Municípios do Nordeste e Vila Franca do Campo. E segundo as informações de que dispomos, este Municípios não foram contactados relativamente a esta iniciativa.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: E, portanto, parece-nos que aqui há de certa forma

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Carlos Silva faça a sua intervenção.

O Orador: Pelo que sei, abrange Nordeste e Vila Franca.

A Sra. Deputada Sabrina Furtado saberá se os contactou ou não e se houve alguma pronúncia ou não.

Isso parece-nos que é importante no âmbito desta iniciativa, porque estamos a falar da autonomia do poder local, certamente reconhecerá isso, e poderá haver aqui alguma violação da autonomia (do poder local), com os riscos que daí decorrem.

Também é importante lembrar que ainda ontem discutimos aqui uma proposta em que a Sra. Deputada Sabrina dizia que isso era tratar os autarcas *em cima do joelho* e que eles deviam ser ouvidos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, gostávamos de saber se esse entendimento também se aplica a esta iniciativa, pelo que entendemos que é fundamental ouvir os autarcas em Comissão sobre esta iniciativa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Nós de facto estamos perante uma urgência que vem garantir a solução dum pequeno problema (que não é assim tão pequeno) quer para o Município de Vila Franca, quer para o de Nordeste.

Não me parece que seja muito importante ouvir esses Municípios. Nós estamos preocupados em resolver o problema deles.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Não precisamos de os ouvir para resolver um problema deles. Mas se for caso disso, haveremos de ouvir.

Se Vila Franca não quiser recorrer a esse mecanismo, pois que não recorra a ele.

Se o Nordeste também não quiser recorrer a esse mecanismo, pois que não recorra. Mas que é urgente o Parlamento dos Açores criar esse mecanismo, por forma a que vá à República e regresse a tempo das Câmaras Municipais em causa recorrerem a esse mecanismo, é de facto é urgente.

Não me parece que seja necessário ouvirmos os Municípios de Nordeste e Vila Franca do Campo, adiando, assim, um ano essa prerrogativa que pode vir a ser criada já para o próximo orçamento dessas Câmaras Municipais.

Nesse sentido, o Iniciativa Liberal vai associar-se à urgência deste diploma apresentado pelo PSD, CDS e PPM.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS é subscritor desta iniciativa que visa tão só alertar o Governo da República para o facto de que também nas Regiões Autónomas vivem pessoas, também há autarcas, autarquias, câmaras municipais. E, portanto, é justo que havendo uma exceção que abrange câmaras no continente, não se percebe porque é que o mesmo mecanismo não há de abranger as câmaras nas Regiões Autónomas e, em particular, Vila Franca do Campo e Nordeste.

Deputados Rui Martins (CDS-PP) e Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, tal como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, havendo essa possibilidade, depois as câmaras decidirão se querem ou não querem

beneficiar desse regime. Agora, não nos parece que seja justo criar uma exceção, um alívio das medidas a câmaras, aliás, o alívio das medidas não foi criado a quatro câmaras; foram simplesmente aliviadas as medidas e quatro câmaras no continente podem beneficiar delas; não se percebe porque é que não se aplicou o mesmo princípio para que duas câmaras nos Açores, querendo, também possam beneficiar desse alívio das regras que lhes são impostas no âmbito da recuperação financeira dos municípios.

Portanto, é tão só esta a nossa iniciativa, ou seja, repor justiça nos Açores, repor justiça em todo o território nacional e, pelos vistos, o Partido Socialista não quer justiça.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda neste debate da justificação da urgência, vai procurar explicar o seu sentido de voto, mas torna-se um pouco difícil não entrar na questão substancial.

Em primeiro, lugar, é preciso dizer que é duma profunda incoerência o Grupo Parlamentar do PSD, em particular, dizer que sobre esta matéria não há necessidade de ouvir os municípios, porque quer que façamos fé em que conhecem a opinião dos mesmos. Mas ontem queria ouvir as juntas de freguesia.

Do ponto de vista do respeito pelo poder local, o ideal seria ouvir as freguesias sobre o diploma de ontem, como também os municípios sobre este diploma.

Nós votamos favoravelmente o pedido de urgência do diploma de hoje, não sem saber que a matéria em questão (em situação ideal) exigiria uma audição aos interessados ou parte deles (os trabalhos também eram).

Sobre este diploma, em coerência com o que fizemos ontem, vamos votar a favor da urgência. Não sem antes dizer – entrando já um pouco no debate – que nós não estamos aqui a falar duma reivindicação. Nós estamos a falar do cumprimento da lei. Mas no debate dissertarei um pouco mais sobre isso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais intervenções no âmbito da urgência?

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, dou novamente a palavra à Sra. Deputada Sabrina Furtado para a apresentação da iniciativa.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Flexibilização de regras nos contratos do Fundo de Apoio Municipal para os Municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste

Os Governos da República têm, ao longo dos anos, implementado planos de reestruturação financeira municipal, como forma de reequilibrar os

orçamentos locais e permitir que os municípios cumpram os seus compromissos com credores, nomeadamente bancos e fornecedores.

Há sensivelmente uma década foram aplicados Planos de Reequilíbrio Financeiro a dezenas de municípios portugueses e algumas câmaras municipais dos Açores não foram exceção.

Posteriormente, e depois de identificadas as necessidades destes municípios, com a assinatura desses contratos, foi implementado o Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), a que aderiram municípios que, mesmo não necessitando de um Plano de Reequilíbrio na totalidade, puderam reestruturar as suas Empresas Municipais, internalizando-as como também as suas dívidas e os seus colaboradores, ou até mesmo extinguindo-as.

Posteriormente, foi criado o Fundo de Apoio Municipal (FAM), um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, através da implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, de forma subsidiária, de assistência financeira. Atualmente, no país, são 13 os municípios sujeitos ao FAM, dos quais dois são açorianos: Vila Franca do Campo e Nordeste.

O artigo 35.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, possui regras muito claras que têm de ser cumpridas pelos municípios aderentes, nomeadamente a determinação da fixação de taxas máximas nos impostos municipais, como o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a Derrama, por exemplo, a limitação da despesa corrente, incluindo um plano detalhado e quantificado de redução e racionalização dos custos com pessoal, desenvolvimento de programas de rescisões por mútuo acordo e com a aquisição de bens e serviços.

Ora, foi aprovada, no final de 2021, na Assembleia da República, a Lei n.º 74/2021, de 18 de novembro, que prevê a flexibilização para municípios

ainda sujeitos ao PAEL, cujas regras são, nos particulares referidos, idênticas às do FAM.

A Lei n.º 74/2021 estipula, no n.º 4 do artigo 6.º, que o IMI é fixado na sua taxa máxima em caso de incumprimento dos municípios para com as suas obrigações financeiras. Caso os municípios aprovem medidas alternativas com idêntico impacto financeiro e que se concretizem em receita efetiva, deixam de estar obrigados à fixação do IMI na taxa máxima. Ou seja, foi aprovada uma lei que perdoou quatro municípios do continente da imposição de sanções de incumprimento.

Na prática, a Lei n.º 74/2021 permitiu que cada um desses quatro municípios do continente aderentes ao PAEL e que se encontravam em incumprimento pudessem procurar alternativas de receita para fazer face aos seus compromissos financeiros, evitando que os impostos municipais não tivessem que ser taxados no máximo.

Nesse sentido, pretende-se que a mesma flexibilização aprovada na Assembleia da República seja também considerada para as câmaras municipais dos Açores aderentes ao FAM – Vila Franca do Campo e Nordeste.

É de inteira justiça conferir aos municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste, tal como sucedeu no continente, a possibilidade desta flexibilização, como sinal de solidariedade para com as suas populações e para com estes dois autarcas. A presente iniciativa legislativa não visa descomprometer os municípios em causa das suas obrigações financeiras, mas sim dar-lhes a mesma oportunidade de flexibilização de impostos municipais e de despesas com pessoal, desde que as autarquias continuem a cumprir os contratos que assinaram no âmbito do FAM.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM propõem que a Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie, por sua iniciativa, nos seguintes termos:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicita ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias para que os Municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste sejam dispensados da obrigatoriedade de fixação das taxas máximas de IMI e de Derrama, permitindo diminuir os encargos das famílias e empresas nestes referidos concelhos.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apela ao Governo da República para que autorize os Municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste a aderir ao chamado 'IMI familiar', proporcionando às famílias com filhos de ambos os concelhos a redução dos seus encargos com este imposto;

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicita ao Governo da República que autorize os Municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste a poderem alterar as suas despesas com pessoal, desde que demonstrem ao FAM que as alterações não põem em causa o cumprimento das suas obrigações financeiras

Da presente Resolução deve ser dado conhecimento ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro-Ministro.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 10 para o meio-dia.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 56 minutos.

Apresentada a iniciativa, nomeadamente o Projeto de Resolução n.º 129/XII, estão abertas as inscrições para o debate.

Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), permite a execução de um plano de ajustamento financeiro municipal para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização do pagamento das dívidas dos municípios.

No mesmo sentido, o Fundo de Apoio Municipal (FAM), é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses nos quais se inserem, obviamente, os açorianos, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental e de reestruturação da dívida, mecanismos estes que foram criados para a resolução de problemas urgentes, no entanto, a execução destes mecanismos são de extrema dificuldade e muito exigente para as nossas autarquias, mas permitem, por outro lado, aos municípios regularizar a sua situação financeira.

Por outro lado, este Plano permitiu injetar liquidez na economia local, em especial junto das nossas empresas, contribuindo assim para a manutenção de postos de trabalho numa altura difícil para as famílias portuguesas e para as famílias açorianas.

É um facto, que estes planos fizeram com que atualmente a realidade financeira dos municípios aderentes seja bem diferente, felizmente, daquela que verificámos no se início.

O município do Nordeste foi um dos que sentiu necessidade de aderir a estes planos e tem cumprido de forma integral e exemplar aquelas que são a suas obrigações e os seus compromissos para com os credores, ao contrário de outros municípios em que isso, infelizmente, não acontece.

Ao mesmo tempo que temos estado ao lado de todos os nordestenses, naquelas que são as suas dificuldades, muitas vezes ultrapassando as suas competências e substituindo aquilo que deveria ser o dever e a função de outros poderes, tanto da República como da Região. É por isso justo reconhecer o contributo significativo e meritório de todos os nordestenses e o esforço realizado pelos autarcas que asseguraram o equilíbrio orçamental. Aliás, equilíbrio este que tem sido reconhecido pelo próprio Fundo de Apoio Municipal através dos seus relatórios.

Não obstante as regras destes planos, têm vindo a penalizar em muito a atuação do município do Nordeste, colocando em causa o próprio desenvolvimento do concelho para as atuais gerações, mas em especial para as futuras, mas reitero, não podemos baixar os braços. Continuamos a cumprir aqueles que são os nossos compromissos e de estar ao lado de todos os nordestenses.

Os factos destes concelhos não poderem alterar a sua despesa com pessoal poderá levar a que alguns departamentos e algumas secções do município fiquem sem capacidade de resposta aos desafios e às exigências que uma administração local acarreta.

Tudo isto, repito, tendo sempre em consciência que estas alterações não colocam em causa o cumprimento das obrigações financeiras e dos compromissos anteriormente assumidos.

Temos de ter a consciência, e não a podemos ignorar, que as populações recorrem sempre e, em primeiro lugar, ao órgão mais próximo, neste caso, às

juntas de freguesia e às câmaras municipais, independentemente de serem assuntos da sua responsabilidade, ou não, facto, este infelizmente, muitas vezes esquecido.

Por outro lado, a exigência destes conceitos estarem sujeitos a aplicar taxas máximas de IMI e de derrama, tem vindo a penalizar, e muito, as famílias nordestenses e vilafranquenses.

Desde o início da aplicação destes planos, o município perdeu mais de 30 colaboradores, grande parte deles, para não dizer todos, que executavam trabalhos de necessidade permanente.

Não podemos continuar a penalizar as populações desses concelhos. Temos de aprender com o passado para agir no presente e no futuro. Este é o nosso dever.

É neste sentido que consideramos importante este contributo para os nossos municípios, sempre, e mais uma vez repito, com a salvaguarda e consciência que estas alterações não coloquem em causa o cumprimento das obrigações financeiras. Com a aprovação da flexibilização das exigências a quatro municípios no continente é mais do que justo que estes dois municípios, Nordeste e Vila Franca do Campo, sejam também considerados.

Estaremos assim ao lado de todos os munícipes destes concelhos, contribuindo no aligeirar das dificuldades das suas famílias, porque acima de questões partidárias estará sempre a nossa população e acredito que estaremos juntos nessa defesa.

Disse.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Durante relativamente um breve período da minha vida eu tive a oportunidade de pertencer a uma Assembleia Municipal, no caso de Ponta Delgada, com muita honra, e talvez por isso eu não confunda a Assembleia Municipal, com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Tanto esta iniciativa, em grande parte, como a intervenção do Sr. Deputado Flávio Soares, são, efetivamente, matérias que dizem respeito (e em respeito pelas competências e pelo poder local) às Assembleias Municipais e às Câmaras Municipais.

Sei que o Sr. Deputado Flávio Soares é vereador da Câmara Municipal do Nordeste, mas o seu discurso efetivamente faria mais sentido na Assembleia Municipal do Nordeste, mas não é isso que nos prenderá.

Eu começo por dizer, como referi no debate sobre a justificação da urgência, que nós não nos oporíamos à aprovação da urgência em coerência com a posição que tomámos com a iniciativa anterior.

No entanto, esta proposta visa, de certo modo, que esta Assembleia recomende um conjunto de medidas ao Governo da República que eu – reconheço a minha ignorância – desconheço se os municípios querem que elas sejam recomendadas,...

Deputado Flávio Soares (PSD): Não fez o trabalho de casa!

O Orador: ... desconheço se os municípios querem que elas sejam aplicadas, porque a competência de fixar taxas de IMI, de derrama, as competências sobre o gasto que têm com pessoal, são, efetivamente competências dos municípios, e esta Assembleia não tem absolutamente nenhuma competência formal sobre esta matéria. Nenhuma!... Nem em matéria de IMI, nem em matéria de participação variável de IRS, muito menos sobre os trabalhadores e os gastos com o pessoal dos municípios.

A lei que esta proposta cita, nomeadamente a Lei 43/2012, de 28 de agosto, alterada posteriormente pela 74/2021, diz respeito efetivamente ao Programa de Apoio à Economia Local, o chamado PAEL.

Na última alteração, que também é referida na proposta que estamos a analisar, no seu artigo 6.º, diz o seguinte, e passo a ler já agora, para que não nos enganemos a epígrafe desta lei:

“Alteração às regras de enquadramento do Programa de Apoio à Economia Local”.

Não se trata de flexibilização das regras, trata-se de alteração às regras.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): São sinónimos

O Orador: Isso não é sinónimo, é muito diferente, é alteração às regras.

Ou seja, existem regras. Não estou a dizer se concordo, ou não, com elas, se o Bloco de Esquerda concorda ou não com elas, estou em matéria de facto, há regras, aliás, criadas em 2012 por um Governo do PSD, já agora. Em caso de incumprimento a alteração que se faz e que é citada aqui:

“4 - Em caso de incumprimento dos objetivos de reequilíbrio financeiro, deve o município, sob pena de resolução do contrato de empréstimo, aprovar a aplicação da taxa máxima do IMI em vigor à data do incumprimento, salvo se aprovar medidas alternativas com idêntico impacto que se concretizem em receita efetiva.”

Ora, tendo em conta que esta proposta é apresentada com urgência, tendo em conta que nós não temos aqui os municípios para darem a sua opinião e nos dizerem qual é a sua intenção, tendo em conta que a coligação assume que parte do princípio que essa é a intenção dos municípios, a primeira pergunta que faço neste debate à coligação é, se Vila Franca e Nordeste já fizeram uma solicitação, ao Governo da República, no sentido de reduzirem a taxa máxima de IMI, se já apresentaram medidas e quais são essas medidas para compensar a redução da receita que advirá da redução do IMI?

Eu julgo que essas matérias têm que ser esclarecidas, porque quem pediu urgência sobre este diploma foi a coligação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado António Lima, começando pelo fim: a alteração que foi feita na Lei 104/2021, foi exatamente inserir *o salvo se. Salvo se...*

Portanto, o município tinha que aplicar uma taxa máxima de IMI como sanção, *salvo se* conseguisse provar que podia continuar a imprimir as suas obrigações financeiras e não as descuidaria.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas vamos um pouco ainda mais longe:

Esta proposta socialista, na Assembleia da República, para estas quatro câmaras de continente socialistas, salva-as de já terem incumprido. E o que nós estamos a pedir aqui não é para salvar esses dois municípios por terem incumprido, é dar a oportunidade, de se abrir com esta exceção, destes municípios aplicarem, com estes três pontos resolutivos, o que bem lhes convier, desde que não descuidem as suas obrigações financeiras e que façam essa demonstração ao Fundo de Apoio Municipal.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quanto à vontade destes dois municípios, Sr. Deputado António Lima, os últimos meses são profícuos em informação desta natureza, é público. Não é preciso pegar num telefone e ligar a um presidente de Câmara, Sr. Deputado António Lima para todos sabermos o que é que se passa.

Deputado António Lima (BE): Isso não é assim!

A Oradora: As Assembleia Municipais...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Bloco não tem representatividade nessas Assembleias!

A Oradora: As Assembleia Municipais e as reuniões de câmara de Vila Franca do Campo são públicas, Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): E eu tenho que assistir?

Deputado Carlos Silva (PS): Era o que faltava agora, lições de moral!

A Oradora: Não tem que assistir, mas não pode é dizer que é desconhecida a vontade destes dois municípios, porque é público e sabido que tanto o Presidente de Câmara de Vila Franca do Campo, quanto o Presidente da Câmara do Nordeste, se têm batido, e muito, pela alteração, já que não posso usar a palavra *flexibilização*, porque, para si, não é um sinónimo de alteração, têm feito bastantes esforços para poderem fazer *jus* a estes seus anseios.

Portanto, é público que estes dois autarcas, neste momento, enfrentam uma batalha, praticamente, isolados, a requerer esta autorização ao Governo da República.

O que nós temos que saber aqui, Sr. Deputado António Lima, é muito simples, é se o Bloco de Esquerda, à semelhança desta coligação, está solidário com estas duas câmaras, com estes dois autarcas e com estas populações de Vila Franca do Campo e do Nordeste?

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da minha parte pode a coligação contar com o meu voto favorável a esta iniciativa, porque faz todo o sentido que esta Assembleia se pronuncie, diligencie, para tornar mais fácil e mais adequado, às necessidades dos cidadãos de cada concelho, para lhes facilitar a vida. Facilitar a vida aos

cidadãos, facilitar a vida aos autarcas, aquelas pessoas que ainda hoje aceitam participar nas listas autárquicas, percebendo elas o quanto trabalhoso, suscetível e o grau de exigência que é ser autarca hoje em dia.

Portanto, da minha parte, a coligação pode ficar tranquila que eu vou votar favoravelmente esta iniciativa, porque reconheço todo o mérito e toda a necessidade de que sejam criados mecanismos que facilitem o trabalho aos nossos autarcas.

No entanto, queria ainda aproveitar o momento desta minha intervenção, e na impossibilidade de utilizar outra figura regimental, para, em defesa de honra, alertar o Sr. Presidente desta Assembleia de um momento desagradável que aconteceu esta manhã aqui, nesta Assembleia.

Aquando da minha última intervenção à iniciativa apresentada pelo Governo, enquanto eu estava a intervir, o senhor fotógrafo do Partido Socialista, em tom de aparte, perfeitamente audível, difamou-me.

Difamou-me porque disse, em tom perfeitamente audível, que eu...

Presidente: Sr. Deputado, este não é o momento para tratar deste assunto.

O Orador: Sr. Presidente, permita-me, eu não tenho outra forma.

O senhor fotógrafo disse que eu tinha casas à renda, e que não passava recibos de arrendamento. Isso é uma afirmação muito grave, isso não é verdade.

Presidente: Sr. Deputado, arranjaremos um momento próprio para tratar desse assunto.

O Orador: Sr. Presidente, com certeza que haverá.

Agora eu não posso é admitir que o senhor fotógrafo do Partido Socialista diga, em tom audível, aquilo que disse, e eu não me posso defender.

Não!... Esta Casa tem a obrigação quem a representa. Eu sou um homem sério e não admito que seja um fotógrafo que venha pôr em causa o trabalho que eu faço e a forma digna como eu levo o meu dia-a-dia.

Disse.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, trataremos deste assunto no local próprio e todos os nossos colaboradores que aqui estão na sala de plenário sabem que não podem fazer qualquer tipo de comentários, ou apartes, aos Srs. Deputados, e ao trabalho parlamentar.

Deputado Francisco Coelho (PS): Nem tirar fotografias aos outros Grupos Parlamentares.

Presidente: Nem tirar fotografias.

Lamento a situação e havemos, em termos de conferência de líderes, alertar para essa situação.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Lima faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiz um conjunto de questões aos proponentes, que julgo que não foram cabalmente respondidas.

Aquilo que eventualmente possa estar nos jornais, sobre o que é a vontade dos municípios, aquilo que possam ser as suas declarações públicas, eu não conheço, nem tenho que conhecer tudo, o que toda a gente diz, em todos os momentos.

Sobre esta matéria a lei é clara: não há caráter de subjetividade na sua aplicação. Eu não sei se ela foi criada para ajudar quatro municípios do continente ou não foi. O que eu sei é que ela é clara e não cabe ao Governo da República avaliar, de forma subjetiva e discricionária, os pedidos dos municípios. Cabe aplicar a lei. Se não está a aplicar esse é outro problema, mas não há uma reivindicação ao Governo da República a fazer. Há uma exigência do cumprimento da lei e não é isto que está na proposta da coligação. É uma espécie de quase de pedido ao Governo da República.

Nós discordamos de fazer um pedido para que se cumpra a lei. É diferente.

Depois, há a questão formal. Esta proposta tem um problema formal, que é o respeito da separação daquele que é o poder regional, dos órgãos de Governo

próprio, e o poder autárquico. Não deve ser esta Assembleia a sobrepor-se àquelas que são as funções das autarquias.

Se o Bloco de Esquerda concorda com a redução do IMI e de outras taxas nos municípios em questão? É óbvio, se essa for a vontade desses municípios. O problema é que os senhores trazem aqui uma proposta sobre a qual nós não conhecemos a vontade dos municípios em questão e não respondeu se já foi feito o pedido e se foi recusado. Isso parece-me importante.

Nós não temos nada contra, muito pelo contrário, que se reduza o IMI, mas nestas condições aprovar uma proposta que se recomenda que se cumpra a lei, quando nós nem sabemos se a lei não está a ser cumprida, e de facto esta proposta não vem, de maneira alguma, substanciada em informação da parte dos proponentes que nos permita estar à vontade para a aprovar.

Eu, tenho pena que se trate desses assuntos que são sérios, desta forma que é apenas para fazer boa figura em Vila Franca...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que interessa mesmo é a sua má figura!

O Orador: ... e no Nordeste, e não é efetivamente para ajudar as pessoas e é uma forma populista. É uma forma populista de fazer política.

Se quisessem fazer este trabalho de forma séria, teriam efetivamente trazido outra informação que não trouxeram, ou feito diligências em Comissão para que nós pudéssemos ouvir os Srs. Presidentes de Câmara.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor anda desatento!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Sabrina Furtado, peço desculpa, estava inscrita.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, começando pelo fim, eu nunca adjetei o seu tipo de trabalho.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sempre me inibi de exprimir os meus pensamentos sobre o seu tipo de trabalho nesta Casa.

O que eu espero de si é o exato mesmo respeito pelo meu trabalho e não lhe admito que diga que o meu trabalho não é sério.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Depois, eu não sei onde é a sua residência, nem tenho que saber. Não faço a mínima ideia.

Mas como representante do povo, se calhar, ir assistir a assembleias municipais e também inteirar-se dos problemas municipais como qualquer representante eleito deve fazer, sempre que consegue, era um bom princípio. Talvez aí tivesse mais frutos em eleições autárquicas, o seu partido, Sr. Deputado António Lima.

Deputado Francisco Coelho (PS): Os Deputados representam toda a Região!

A Oradora: O que importa neste momento saber, e porque o Sr. Deputado António Lima me fez questões diretas, é, o município de Vila Franca do Campo (como já disse o meu colega, o Deputado Flávio Soares sobre o município do Nordeste), desde que aderiu a planos de reequilíbrio financeiro, e a este particularmente de que estamos a falar, o FAM, com o seu autarca, o Presidente Dr. Ricardo Rodrigues, tem cumprido cabalmente...

Deputado António Lima (BE): Não foi isso que eu perguntei!

A Oradora: ... todas as suas obrigações financeiras e não tem entrado em incumprimento. Aliás, segundo o anuário dos Técnicos oficiais de Contas sobre os municípios portugueses, Vila Franca do Campo, passou, de prazo de pagamento a fornecedores, de mais de 90 dias para 1 dia, dando o exemplo de como se consegue reestruturar e também atender aos anseios das populações. E público é que este autarca, assim como o autarca do Nordeste, neste momento, estão a passar bastantes dificuldades e, sim, estão também eles a fazer as suas diligências que lhes competem, com as competências que têm

como Presidentes de Câmara, junto do Governo da República, para demonstrarem que podem também flexibilizar estas regras, ou alterar, com o sinónimo que lhe apetecer neste momento, para que possam flexibilizar estas regras para as suas populações.

Neste momento, reafirmo dois pontos importantes:

O que está aqui em causa é uma pronúncia da Assembleia Legislativa Regional em solidariedade com estes dois autarcas, com estas duas populações e com estes dois municípios e o que importa aqui saber também, e o senhor não me respondeu, é se o Bloco de Esquerda está solidário com as populações de Vila Franca do Campo e do Nordeste, com estes dois autarcas e com estas duas câmaras municipais?

Obrigada.

Voices de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Carlos Silva faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já o referimos no âmbito da urgência, mas importa também clarificar que, para o Partido Socialista, é fundamental que se respeite a autonomia do poder local e isso implicaria, necessariamente, ouvir formalmente os dois municípios que são aqui abrangidos: Nordeste e Vila Franca. Entendemos que poderia ser relevante.

Podia ser relevante e vou até citar aquilo que foi referido ontem no âmbito da iniciativa do Partido Socialista sobre as freguesias:

O Sr. Deputado Gustavo Alves, por exemplo, dizia que “era importante ouvir as partes interessadas”.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado leu isso, lembra-se?

O Orador: A Sra. Deputada Sabrina também dizia que “não devíamos tratar os autarcas em cima do joelho”.

Isto para dizer que nós mantemos a posição de que aquilo que for necessário fazer para ajudar, ontem eram as freguesias,...

Deputado Flávio Soares (PSD): Mas hoje estamos numa iniciativa diferente.

O Orador: ... aqui os municípios, e com isso pudermos ajudar a reduzir os encargos com o IMI, contem com o contributo do Partido Socialista, mas isso não significa que nós deixemos de entender que era relevante ter aqui a atenção por ouvir o que é está a ser feito formalmente pelos municípios em questão.

De qualquer forma, apoiaremos a iniciativa, mas não deixaríamos de mencionar aquilo que entendemos ser relevante.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Silva.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN, obviamente, vai votar favoravelmente esta iniciativa e não iria sequer falar, porque isto, para nós, é bastante prático. Eu sou uma pessoa pragmática e não ia fazer obviamente política com um tipo de diploma destes. Mas, o Sr. Deputado Carlos Silva “meteu a pata na poça”, porque o ano passado o PS fez o Regime Excecional do Período da Realização das Touradas à Corda em 2021/2022, depois um telefonemazinho aos autarcas da Terceira, e não falou com mais nenhuns partidos.

Aliás, a própria Assembleia esqueceu-se que era necessário também ouvir a Associação de Municípios e tudo ficou incólume, para agora ouvirmos este

argumento relativamente aos autarcas do Nordeste e de Vila Franca do Campo.

Temos de ser um pouco mais coerentes.

Deputado Berto Messias (PS): A Inês Sousa Real é que tem razão!

Deputado Carlos Silva (PS): Ó Sr. Deputado coerência consigo? A sério?!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar exatamente por si, Sr. Deputado Pedro Neves. Agradecer o seu contributo e a sua brilhante memória, que eu não tenho, mas invejo muito, porque podia ter dito isso, mas não me lembrei.

Sr. Deputado Carlos Silva, ontem, o que o Partido Socialista trouxe foi um diploma de aplicação de um regime geral a todas as freguesias dos Açores, com vários pontos resolutivos.

Eu, ontem, no debate, disse...

Deputadas Andreia Costa e Ana Luís (PS): Nós votámos a favor da urgência. Estamos a constatar é a vossa incoerência!

A Oradora: Eu não interrompi. Vamos tentar manter aqui o debate de forma direta e clara.

O Partido Socialista trouxe, ontem, um regime com várias condicionantes, vários pontos na sua matéria que se aplicam a todas as freguesias dos Açores, sem exceção.

Neste momento, nós trazemos um diploma que tem duas exceções perante todos os outros municípios dos Açores, que são Vila Franca do Campo e Nordeste, que são os únicos dois que estão neste exato problema.

Por isso o argumento de ontem não serve para o argumento de hoje, mas eu fico com uma dúvida, Sr. Presidente, porque é que ontem fomos tão criticados por dizer que tínhamos que ouvir a ANAFRE, e hoje, o mesmo

argumento, não serve. Exatamente o contrário. Ontem não era importante ouvir a ANAFRE para o Partido Socialista.

O seu argumento joga exatamente contra si, Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Se ontem não era importante ouvir a ANAFRE, o senhor é que não deve vir hoje dizer que já é importante ouvir outros dois autarcas, porque ontem ficou bastante bem provado que os senhores é que não queriam ouvir a ANAFRE.

Obrigada.

Deputados Joaquim Machado e Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): A atribuição das taxas é competência direta dos municípios, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho mais uma vez e possivelmente a última, não só para referir qual será o meu sentido de voto, mas também, e principalmente, para que fique bem claro qual é a nossa posição e o que é nós estamos a discutir.

Nós estamos a discutir uma proposta que diz o seguinte, no seu primeiro ponto resolutivo:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicita ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias para que os municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste sejam dispensados da obrigatoriedade de fixação de taxas máximas de IMI e de derrama,

permitindo diminuir os encargos das famílias e empresas dos referidos concelhos...” Depois apela e solicita.

Não é um voto de solidariedade com o povo de Vila Franca e do Nordeste. É uma solicitação ao Governo da República para que faça qualquer coisa para esses municípios.

Nós não somos a Assembleia Municipal nem do Nordeste, nem de Vila Franca. E pelo respeito que temos pelo poder local é que nós não podemos, nem devemos substituir-nos a esses órgãos (nós não podemos, nem devemos!).

Aliás, eu nem ia para aí, mas recordo o debate que tivemos aqui sobre a taxa turística, que era um desrespeito pelos municípios, que lhes retirava competências.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas os municípios não têm que ser ouvidos!

O Orador: E isto?... Quando não era! Na verdade, o que nós estávamos a fazer era legislar e a atribuir-lhes até uma receita, já agora.

Aqui, nós estamos a falar pelos municípios sem sequer ouvir os municípios, e aí já não há desrespeito.

Ora, nós estamos obviamente de acordo que os impostos municipais, nesses municípios, baixem, sendo essa a vontade desses municípios. Não temos nada contra, como é óbvio.

Agora, não podemos acompanhar uma proposta que pretende obviamente substituir-se aos municípios na sua atuação e na sua relação com o Governo da República.

Isso nós não podemos concordar. Não queremos, como é óbvio, inviabilizar a proposta, mas eu julgo que ela não dignifica este Parlamento. Aliás, já aconteceu no passado, propostas com um teor também que não tinha nada relativamente às freguesias, que foram aqui apresentadas, que não têm efetivamente cabimento, que são aceites pela Mesa e bem, porque não há nada formalmente que as impeça, mas que politicamente, não fazem sentido.

E esta proposta, politicamente, não faz sentido. Não é a substância, não é a questão dos impostos.

Estamos obviamente a favor que os municípios possam reduzi-los, mas essa é sua competência, não é nossa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer muito claramente, Sra. Deputada Sabrina Furtado, que nós ontem votámos a favor de uma proposta que ajudava as freguesias e hoje votaremos a favor de uma proposta que, em limite, também ajudará os municípios do Nordeste e de Vila Franca.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não sabemos se eles querem ser ajudados!

O Orador: Isso sem prejuízo de entendermos que a pronúncia dos municípios era importante, e que esta é apenas uma resolução. Estamos de acordo, mas para mostrarmos que fomos coerentes nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deixar apenas duas notas.

A primeira nota é que nesta questão do diploma de ontem, como o Sr. Deputado Carlos Silva refere, é preciso deixar claro, que o diploma de ontem se referia a todas as juntas de freguesia da nossa Região.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E esta refere “a todas as que estão nesta situação”.

O Orador: Esta resolução refere-se apenas a dois municípios dos Açores.

Mais!... Para esclarecer o Sr. Deputado António Lima, obviamente que cada um prepara-se da forma como entender para os debates, mas obviamente que existem posições públicas destes dois municípios, dos seus Presidentes, sobre essa pretensão, tanto em Assembleia Municipais, em Câmaras Municipais, nas respetivas atas, nos aniversários dos respetivos concelhos. Portanto, é público o trabalho que estes dois Presidentes de Câmara estão a desenvolver para conseguir esta flexibilização.

Para terminar, dar nota de que para além destas declarações que são públicas, existe também um esforço por parte destas Câmaras Municipais no contacto quer com o Fundo de Apoio Municipal, quer também com o próprio Governo da República.

Tanto existe este compromisso, ou esta negociação para com estas entidades, que nós estamos a colocar-nos ao lado deles, a defender estes municípios. E é este o objetivo desta resolução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Nuno Barata faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade, fiquei muito mais tranquilizado a partir do momento em que o Sr. Deputado Carlos Silva indicou o sentido de voto do Partido Socialista, porque depois de todo o debate que estava a decorrer até à indicação do sentido de voto do Partido Socialista, eu estava convencido que Vila Franca do Campo, apesar de estar a cumprir com o FAM, não queria baixar a

derrama e o IMI dos seus municípios. Fiquei bastante tranquilizado com o sentido de voto do Partido Socialista.

Bastante tranquilizado, é um facto. O que dava a atender era que o Partido Socialista, de facto, não queria mexer na derrama e no IMI de Vila Franca do Campo, apesar do esforço.

Deputado Carlos Silva (PS): E as obras na Lagoa do Fogo?

O Orador: Tudo mexe, Sr. Deputado.

Como é óbvio, cabe aos municípios, quer do Nordeste, quer de Vila Franca do Campo, essa decisão. Cabe às Assembleias Municipais essa decisão e as Assembleias Municipais até podem entender que não podem abdicar desta receita apesar de estarem a cumprir com o FAM.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas é preciso criar-lhes a possibilidade.

O Orador: Isto é absolutamente verdade e até vou mais longe: até é possível concluirmos que não é avisado, neste momento, estarmos a mexer nessas taxas, mas isto cabe às Assembleias Municipais. Até podemos concluir que não é avisado neste momento estar a mexer nessas taxas, mas é decisão das Assembleias Municipais.

Agora, o que nós aqui não podemos fazer é deixar de não dar essa possibilidade a essas Assembleias Municipais, a essas Câmaras Municipais.

(Aparte inaudível)

O Orador: Pronto, eles não podem. Então os senhores vão votar contra, não é?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é isso que o senhor está a dizer. Isso que o senhor está a dizer não é o que nós estamos a dizer!

O Orador: É, é! O que nós estamos a fazer é uma recomendação para que as Assembleias Municipais de Vila Franca e do Nordeste possam decidir,

cumprindo com o FAM, se querem ou não baixar o IMI e a derrama aos seus munícipes. *Tout court*, é isso que nós estamos aqui a decidir.

Eu cheguei a temer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não quisesse que essa possibilidade fosse recomendada ao Governo da República (ponto). Mas bem, fiquei tranquilo com a indicação de voto que o Sr. Deputado Carlos Silva deu à Câmara, porque, de facto, isso tranquiliza qualquer um dos Srs. Deputados, mas tranquiliza mais ainda quer os autarcas do Nordeste e de Vila Franca do Campo, mas ainda mais os munícipes do Nordeste e de Vila Franca do Campo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parece que estamos todos de acordo, mas concordamos, em tudo, em estarmos em desacordo.

Vamos recentrar um pouco o debate.

Existe no país o PAEL, que é o Programa de Apoio à Economia Local, e existe o regime jurídico da recuperação financeira municipal, o FAM. Portanto, o PAEL e o FAM.

Portanto, em 18 de novembro de 2021, o Governo da República faz publicar uma lei que altera o PAEL, onde introduz uma alteração que permite que as Câmaras Municipais, querendo, não apliquem a taxa máxima do IMI, porque o PAEL obrigava à aplicação máxima das taxas do IMI e de todas as taxas e impostos municipais.

Portanto, a partir de 18 de novembro de 2021 as Câmaras Municipais que estavam sujeitas ao PAEL puderam flexibilizar a taxa do IMI, querendo. Submetem a proposta à Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal decide se a taxa do IMI há de ser a máxima ou não.

O FAM, que é outro mecanismo de apoio às autarquias locais, não tem essa flexibilização. Tem a regra que estava inicialmente no PAEL. Tem que aplicar as taxas máximas do IMI e de todos os impostos e taxas municipais.

E o que a coligação está pedindo é que o Governo da República introduza no FAM o mesmo mecanismo jurídico que fez no PAEL, em novembro de 2021, para que as câmaras municipais, querendo, e continuando a cumprir com as regras, possam reduzir as taxas e os impostos que incidem sobre os seus munícipes.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Exatamente, muito bem!

O Orador: Portanto, o que aqui está em causa é, quem é que está a favor dos munícipes dos Açores ou quem é que está contra os munícipes dos Açores?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Exatamente, muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto foi muito esclarecedora.

Sobre o IMI refere que o PAEL define que é possível reduzir o IMI, querendo a Assembleia Municipal, desde que se encontre medidas alternativas. Isso é objetivo. Não traz qualquer grau de discricionariedade ao Governo da República.

Se o município apresentar as contas, tem que aceitar. É simples e limpinho. Não há dúvida. Então porque é que nós estamos a recomendar que o Governo da República faça? Tem é que aplicar a lei.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): O mesmo mecanismo no FAM!

O Orador: “O mesmo mecanismo do FAM!”

Sr. Deputado, sabia que o FAM é uma lei da Assembleia da República?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E?

O Orador: O senhor não tem, mas o PSD não tem um grupo parlamentar?

Este grupo parlamentar do PSD não tem poder de iniciativa de anteproposta de lei?

Então porque é que os senhores não apresentam uma anteproposta de lei para alterar a lei em vez de pedir ao Governo da República para a alterar? Aí é que está o problema. Os senhores não querem alterar a lei e vão dizer ao Primeiro-Ministro que altere, quando o Primeiro-Ministro não pode alterar e são os seus grupos parlamentares, na Assembleia da República, que podem, como os outros, alterar. É isto que nós concluímos deste debate. Os senhores não querem propor que se altere a lei,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, o senhor é que vota contra e a gente é que não quer?!

O Orador: ... mas querem recomendar ao Governo da República que faça qualquer coisa. Não é uma proposta séria.

Sendo a vontade dos municípios baixar estes impostos, nós estamos totalmente a favor. Não estamos é a favor de uma proposta que não tem nenhuma seriedade. Vamos por isso nos abster, como é óbvio.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Dou a palavra à Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, eu vou começar outra vez pelo fim. Esta proposta não tem qualquer seriedade no seu entendimento, da mesma forma que não tem a mínima seriedade – e o senhor é que falou de grupos parlamentares na Assembleia da República – o senhor há anos e anos, nesta casa, tentar camuflar as posições do Bloco de Esquerda na República, com o

Governo da República, para que não respingasse absolutamente nada para si, aqui dentro deste Parlamento.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Eu não lhe admito esse tipo de argumento.

Depois, mas já deve ser de mim, eu estou com sérias dificuldades em entender a sua dúvida.

As Assembleias Municipais têm competências próprias. Obviamente!

A Assembleia da República tem competências próprias! Obviamente!

A Assembleia Legislativa Regional também tem competências próprias! Obviamente!

Nem a Assembleia Legislativa Regional está a tentar sobrepor-se às Assembleias Municipais, nem ao contrário.

Nós estamos a solicitar, e como disse o Sr. Deputado Nuno Barata ao Sr. Deputado Pedro Pinto, e muito bem, ao Governo da República que autorize a possibilidade de uma Assembleia Municipal deliberar o que bem entender sobre esta matéria, porque passa a ter esta oportunidade.

Usando o seu tipo de linguagem com o qual se dirige sempre a mim, a sua questão, neste momento passou a ser, além de não entendida, completamente ridícula.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

Vamos colocar à votação o Projeto de Resolução n.º 129/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 129/XII foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do Chega, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração de voto, enquanto partido proponente, assim como os nossos outros parceiros CDS-PP e PPM, subscritores desta proposta, é fundamentalmente para agradecer a votação desta maioria em solidariedade para com os autarcas de Vila Franca do Campo e do Nordeste, mas sobretudo para com os munícipes de Vila Franca do Campo e do Nordeste que, há bastantes anos, veem os seus encargos acrescidos com as taxas municipais no máximo e que, segundo os contratos assinados com o Fundo de Apoio Municipal, durante pelo menos mais duas décadas, também o veriam.

Neste momento, está recomendada que seja feita uma flexibilização destas regras para bem dos munícipes de Vila Franca do Campo e do Nordeste.

Por isso agradeço a todos os partidos nesta Casa que votaram a favor desta proposta, a bem dos nossos dois concelhos.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para realçar que votámos a favor desta proposta, apesar de entendermos que não foi cumprido na íntegra o respeito pela autonomia do poder local, mas na sua essência estamos aqui a garantir a possibilidade das autarquias do Nordeste e de Vila Franca poderem reduzir os encargos com o IMI e com isso beneficiar as famílias açorianas.

Portanto, neste sentido, aprovámos a iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos dar por encerrado este ponto 20 da nossa Agenda e avançar nos nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto 21: **pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 130/XII – “Implementação urgente de medidas para combater o impacto da alga *Rugulopteryx okamurae* nos ecossistemas marinhos”**.

Esta é uma iniciativa apre

sentada pelo Grupo Parlamentar do BE. Para apresentação da urgência tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A *Rugulopteryx okamurae*, é uma alga considerada invasora que devido à expansão muito rápida e em níveis muito agressivos tem impactos negativos

ao nível da biodiversidade, ao nível da pesca com o decréscimo nas capturas e do turismo, com a degradação da qualidade de locais de mergulho, na qualidade ambiental e na saúde pública.

Apesar do Governo Regional ter comunicado, a 13 de maio, a intenção de formalizar um protocolo com a Universidade dos Açores, nada mais soubemos acerca desse parecer, e parece-nos que, tendo em conta que esta alga já se encontra em várias ilhas dos Açores, torna-se urgente implementar medidas de prevenção e de mitigação.

Considerando a natureza técnica e científica desta iniciativa, o Bloco de Esquerda propõe que a mesma seja analisada com urgência em comissão para que possa ser debatida e votada no próximo plenário em setembro.

Obrigada, Sr. Presidente,

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência apresentado pelo Bloco de Esquerda – começo já por aqui – não se justifica. Aliás, esta iniciativa é perfeitamente extemporânea, uma vez que o seu conteúdo corresponde a ações que já estão a ser executadas pelo Governo Regional, tal como se pode constatar pelas declarações públicas do Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, no passado mês de maio, aquando de uma visita realizada à praia de Porto Pim, em que anunciou a necessidade de estudar e implementar soluções tecnológicas, para remover as algas, que fosse essa solução antes do seu arrojamento, ou já no areal, para que pudesse minimizar tanto a remoção de areia, por um lado, para a manutenção do areal e para a importância que este areal tem também na preservação do “complexo do dunar”, mas por outro lado também para se poderem estudar soluções com uma alga de melhor qualidade que pudesse promover a sua utilidade económica, como há estudos que, relembro, já foram feitos no passado no polo da Universidade

dos Açores, na ilha Terceira, em que se detetou a viabilidade desta utilização da alga para produtos de uso na agropecuária, nomeadamente rações.

Também foi informado na altura que se pretendia fazer um estudo genético, por indicação dos próprios investigadores sedeados aqui no Faial e que colaboraram com o investigador que é citado neste Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, porque não tem a certeza de ser efetivamente *Rugulopteryx okamurae*.

De qualquer das formas, nessa ocasião, dizia eu, o Sr. Secretário teve a oportunidade de anunciar então um pedido de audiência com o então Reitor da Universidade dos Açores, que, entretanto, já decorreu, no sentido de protocolar com a academia a realização desse estudo que dará então respostas a estas preocupações que só agora o Bloco de Esquerda tenta trazer a debate, mais uma vez, numa demonstração clara daquilo que é oportunismo político.

Deputado Gustavo Alves (PPM): É verdade!

Deputada Ana Luís (PS): Ohhh Sr. Deputado! Vindo de si!

O Orador: E é aqui o Governo a ser o motor de arranque do Bloco de Esquerda.

O Governo está a ser o verdadeiro motor de arranque!

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, estamos no âmbito da justificação da urgência.

O Orador: Sim, sim. Eu estou a justificar porque é que não urgente o exame em Comissão.

Presidente: Deixe-me lembrar que as outras bancadas não poderão participar mais no debate e está a dirigir-se diretamente ao Bloco de Esquerda.

O Orador: Eu peço imensa desculpa.

Mas era para constatar...

Deputada Alexandra Manes (BE): Não está a constatar nada. Está a fazer um favor ao Secretário!

O Orador: É uma constatação, mas respeito, Sr. Presidente e peço desculpa.

Mas continuando, e antecipando aqui uma possível intervenção mais apaixonada de outras bancadas, na senda até de inopinadas declarações acerca de um alegado atentado ambiental na praia de Porto Pim, seria importante eventualmente que se pensasse...

Deputada Ana Luís (PS): Sabe bem que o atentado ambiental não tem a ver com a alga!

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, eu peço desculpa, mas isso não está no âmbito da urgência.

O Orador: Vou continuar, Sr. Presidente, mas abrevio.

De qualquer das formas, e atendendo àquilo que são neste momento as ações que já foram tomadas a aquilo que é a intenção deste Projeto de Resolução que, desde logo, compromete ao dizer que temos que assumir que esta alga, quando efetivamente o Governo está a estudar, considero que vem tarde o Bloco de Esquerda, porque não se vislumbra qualquer pertinência neste Projeto de Resolução, muito menos urgência na sua discussão em Comissão. Por outro lado, se a intenção é saber o que é que está a ser feito pelo Governo para lá do que já foi anunciado, pode sempre fazer um requerimento e se quiser ouvir na primeira pessoa o Sr. Secretário pode também requerer a audição em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Alexandra Manes pede a palavra para?

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para informar a Câmara...

Presidente: A Mesa!

A Oradora: A Mesa, desculpe! Quis ser mais abrangente.

Para informar a Mesa que vou fazer chegar aquelas que foram as declarações do Sr. Secretário para que se possa provar que não fala nada na prevenção das outras ilhas.

O que se passa é que isto pode perfeitamente alastrar às outras ilhas se não forem tomadas medidas de mitigação e de prevenção.

É por isso que vou fazer chegar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Assim que a Mesa rececionar o documento fá-lo-á distribuir pelas Sras. e pelos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Bloco de Esquerda, além de pertinente é urgente.

E é urgente precisamente por aquilo que a Sra. Deputada Alexandra Manes acabou de dizer. É que a tal a alga, cujo nome me recuso a pronunciar e sequer a decorar, qual "*vol de mort*", já tem aparecido noutras baías de outras ilhas dos Açores.

Nós, Iniciativa Liberal, ao contrário do Governo, não pretendemos mais intervenções *Kamikaze*, como foi aquela que o Governo entendeu fazer há dias na praia de Porto Pim, entrando de forma bruta, com maquinaria pesada, para fazer uma remoção de uma alga que já no ano passado tinha interditado a praia de Porto Pim a banhos. Este é que é o facto.

E há mais! Há uma coisa que na justificação do voto contra a urgência do Sr. Deputado do CDS, nós temos que concordar. É que, de facto, não temos a certeza se esta alga é a tal alga cujo nome me recuso a pronunciar. Por isso mesmo, é urgente que se faça toda esta análise para saber do que é que estamos aqui a tratar.

Tendo em conta que o prazo vai suspender, não me parece de todo irracional que se aprove aqui nesta Casa essa urgência.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por acaso o Sr. Deputado Nuno Barata já fez o sobreaviso, mas eu vou fazer novamente ao Sr. Deputado Rui Martins: nem todo o Porto Pim é os Açores. Existem mais ilhas e mais baías por estes Açores fora, tanto que temos em São Miguel, mas também não esquecer do Pico. Também já se avistou esta alga – que também não vou pronunciar-la – no Pico.

Por isso, esta iniciativa do Bloco de Esquerda é pertinente e é urgente. Tem essa legitimidade, apesar do trabalho do Sr. Secretário, de fazer este diploma, nem que seja para ainda pressionar, e não andarmos só com os gravetos ali no Porto Pim a ver a alga, e não verificar o problema grave desta alga assexuada, que até já apareceu no público.

Está a ser bastante grave, por isso temos que *dar as cordas aos sapatos*, relativamente a esta alga, porque pode ser bastante preocupante, por isso é que esta urgência tem que passar obviamente e com o trabalho do Sr. Secretário que já está a fazer, obviamente, e por isso é sempre pertinente.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação pede a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu peço desculpa, Sr. Presidente, mas eu perdi o meu Regimento. Solicitava a V. Exa. um esclarecimento sobre a natureza da urgência em Comissão. Qual o resultado prático de aprovar uma urgência em comissão?

Presidente: Sr. Deputado, a urgência é reduzir o prazo de apreciação desse diploma, na Comissão.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao pedido de urgência do Projeto de Resolução da iniciativa do Bloco de Esquerda é efetivamente um fenómeno que, infelizmente tem afetado algumas ilhas da nossa Região, bem como outras ilhas do país, além-fronteiras, desde há vários anos, como muito bem consta do enquadramento do mesmo.

Gostaria, porém, de afirmar que, face àquela que tem sido a intervenção do Governo Regional e da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas que tutela o ordenamento e a gestão da orla costeira, é perceptível que não nos falte a consciência do impacto negativo em termos ambientais, de saúde pública, estética turístico, causado pelo arrojamento massivo de algas invasoras.

Porém, porque entendemos que o Projeto de Resolução peca por vir reclamar a paternidade de ações e medidas que já foram encetadas pelo Governo, nomeadamente como já foi aqui referido o compromisso protocolar com a Universidade dos Açores, a realização de um estudo relativo às características e ao potencial de aproveitamento da alga, o compromisso assumido ao nível da prevenção do arrojamento, bem como ao nível de uma limpeza e remoção que tenham um menor impacto para o ambiente, no entender do Grupo Parlamentar do PSD, a apreciação urgente em Comissão não permitirá a tal abordagem urgente e profunda do assunto, exatamente porque o tempo é reduzido, e também, infelizmente, não será pelo exame urgente em Comissão que esta matéria se resolverá tão rapidamente como aquilo que todos queremos, dada a elevada complexidade da questão, votaremos contra a urgência para que possamos debater devidamente em Comissão, e nos termos legais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Atingimos a nossa hora Regimental. O Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, para perguntar a V. Exa. se o Governo pode intervir no âmbito da discussão da urgência?

Presidente: Não pode.

O Orador: E para comunicar que faremos chegar à Mesa também a declaração pública do Governo Regional onde menciona que esta alga, a confirmar-se, a *Rugulopteryx okamurae*, já foi avistada em várias ilhas, nomeadamente Graciosa, São Jorge e São Miguel.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 01 minuto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o ponto 21 da nossa Agenda: pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 130/XII.

Estava inscrito o Sr. Deputado Gustavo Alves a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Gustavo Alves** (*PPM*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM considera que o presente pedido de urgência do Projeto de Resolução que visa a implementação urgente de medidas para combater o impacto da alga *Rugulopteryx okamurae* nos ecossistemas marinhos, apresentado pelo Bloco de Esquerda, é completamente extemporâneo.

Consideramos, portanto, que a apresentação desta urgência, não faz qualquer sentido, na medida em que este assunto está a merecer a devida atenção por parte do Governo da coligação, da Universidade dos Açores e de outras entidades.

A Secretaria do Mar e das Pescas tem desenvolvido esforços nesse sentido...

Deputada Alexandra Manes (BE): Tem, tem! Quando chegar às Flores estou para ver o que vai fazer!

O Orador: ... como por exemplo, um programa de monitorização já definido e reportado à Comissão Europeia, no âmbito da diretiva Quadro Estratégia Marinha, para avaliar a presença de espécies exóticas marinhas, em áreas marinhas protegidas, e zonas potencialmente problemáticas, como os portos e marinas.

Neste momento já está a decorrer um programa de monitorização em Ponta Delgada e está assegurada a adjudicação do mesmo programa na marina e porto da Horta, que entrará em vigor já no próximo ano.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PPM considera que a forma correta de agir, perante os vários desafios que naturalmente surgem, é procurar as soluções mais assertivas e que defendam o superior interesse dos Açores e dos açorianos e apresentar as mesmas.

A forma menos correta de agir é usar uma catástrofe ambiental para ganhar algum protagonismo político,...

Deputada Alexandra Manes (BE): Eh pá! Queres vir falar de protagonismo político?

O Orador: ... através de recomendações ao Governo...

Deputada Alexandra Manes (BE): Quando houver uma catástrofe estou para ver o que vão fazer!

O Orador: ... que efetivamente já estão a ser implementadas.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:

Deputada Alexandra Manes (BE): Tem, tem! Quando chegar às Flores estou para ver o que vai fazer!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ainda por cima com a exposição de motivos que fez! Você é populista! Populismo!

Deputada Alexandra Manes (BE): É, é!

Deputado Gustavo Alves (PPM): É o que você faz e hipocrisia também!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A espécie *Rugulopteryx okamurae*, macroalga marinha, que é originária do pacífico, segundo o artigo científico de João Faria et al de 2021, estudo efetuado pela Universidade dos Açores e publicado em revista indexada na **Botânica Marina**, identificada a primeira vez nos Açores, no porto de Ponta Delgada, em 2019, tendo sido efetuadas amostragens em junho e julho de 2021 e maio de 2022 em substrato rochoso até aos 5 metros de profundidade, com identificação de exemplares da referida espécie.

Durante a discussão de há pouco, e até já depois de termos terminado, cause-me algum problema de ter sido aludido a esta câmara que esta espécie não esteja corretamente identificada e corretamente amostrada, isto porque esta

identificação está amostrada nos Açores, está publicada em dois artigos em revistas indexadas e por isso não acredito que estejamos a duvidar quer dos investigadores da Universidade dos Açores, quer das próprias revistas que atestaram esta espécie a serem publicadas pelas amostragens anatómicas e reprodutivas da espécie.

Por isso eu espero que não estejamos a duvidar, ou seja, conseguimos comprovar que é essa espécie que existe em São Miguel, é essa espécie que está comprovada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Em São Miguel! Exatamente, em São Miguel!

A Oradora: Mas o que é feito depois é a implementação nos Açores.

Das áreas amostradas foi atestada uma rápida proliferação na costa Sul da ilha de São Miguel, dominando o substrato rochoso com luz e ensombrados, com coberturas próximas de 100%.

Os estudos que existem do Estreito de Gibraltar, trabalhos efetuados por José Carlos Garcia-Gomez et al, em 2020, demonstram que desde a sua primeira identificação e num espaço de 1 ano, esta espécie invasora tornou-se a espécie mais abundante, com percentagens de 90% de cobertura entre os 10 e 20 metros de profundidade, originando alterações nas comunidades bentónicas antes existentes.

Importa salientar que, pelos estudos científicos já efetuados, a presença desta alga invasora, em elevadas percentagens, possuem um impacto extremo nas comunidades bentónica, uma vez que condicionam a fixação de espécies nativas no substrato, causando não só uma alteração no balanço ecológico destas comunidades, mas também com impactos económicos nas pescas e no turismo, quer por ter sido testemunhado e identificado cientificamente que em outros locais da Europa, a presença elevada da espécie *Rugulopteryx okamurae* em redes de pesca, diminuindo o pescado capturado pelos pescadores, assim como a presença desta algas em praias, origina cheiros nauseabundos com possíveis impactos à saúde pública, podendo influenciar

as nossas épocas balneares. Adicionalmente, a cobertura desta espécie invasora afetará tragicamente o turismo subaquático, pela sua cobertura dos fundos outrora diversificados de flora.

Pelos trabalhos já efetuados que demonstram, cientificamente a rapidíssima proliferação desta espécie e dos problemas ecológicos que causa, e pela sua presença já em outras ilhas do arquipélago, considera o Grupo Parlamentar do Partido Socialista urgente avaliar o impacto da espécie invasora nos ecossistemas marinhos dos Açores, com o seu contínuo estudo a todas as ilhas do arquipélago, garantindo assim uma urgente implementação de medidas de prevenção e mitigação a serem tomadas e aplicadas pelas autoridades regionais para salvaguarda dos habitats costeiros açorianos, como é sugerido pelo investigador João Faria.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ser olharem bem para mim, vão ver que não tenho mesmo cara de cientista.

É urgente resolver esse problema e ouço os argumentos do proponente. Sim, senhor! Têm razão! Eu nem consigo dizer o nome do bicho, é um musgo.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não é musgo!

O Orador: Ouço os outros argumentos como mecanismo de urgência que poderá aqui acelerar o processo ao ponto de nem se perceber bem, nem de se fazer o estudo conveniente.

Eu não sei se o musgo está no Faial...

Deputada Alexandra Manes (BE): É alga!

O Orador: Ó homem, é musgo! Eu não consigo dizer o nome, é musgo.

Deputada Alexandra Manes (BE): É alga!

O Orador: Pronto, é alga! Não sei se é o que está no Faial, se é o que está em São Miguel. Eu não sei e desconfio que nem os senhores sabem, mas pronto, vão dizendo essas coisas aí armados assim em bicos de pés.

Isso para dizer que dou aqui o benefício da dúvida, graças à parte, porque o assunto... Eu também podia defender aqui uma posição que era da natureza: todo o ser vivo tem direito a viver, inclusive a alga.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas a alga mata os outros!

O Orador: Mas não vou por aí! Isso foi o que senhores andaram a fazer ontem, ao fim da tarde, e hoje de manhã. Não vou entrar por aí. Não vou enriçar!

Eu só tenho avião amanhã, mas não vou enriçar.

Por isso, vai levar uma abstençãozinha.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Não digam que vão da minha parte, mas realmente eu compreendo que temos que estudar, e temos que estudar a sério, porque se isto começa a tomar conta do ecossistema, nós podemos ter aqui um problema grave.

Também é verdade que a pressão às vezes nestas coisas, é importante para que o Governo também se mexa. Pronto, é legítimo! Leva uma abstenção e haja saúde!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor da IL, 1 voto a

favor do PAN, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do Chega.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, a iniciativa baixa à Comissão para apreciação com carácter de urgência.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção agora para agradecer aquele que foi o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PS, do Grupo Parlamentar do PAN, do Grupo Parlamentar da IL.

No entanto, não posso deixar passar aqui aquele que foi o sentido de voto, infelizmente, dos outros partidos que votaram contra.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é a justificação do seu voto!

A Oradora: Acho que deixaram um sinal bem claro de qual é a preocupação com o ambiente, numa situação em que temos já provas concretas do que esta alga é capaz de fazer aos ecossistemas marinhos, e ainda quando outro dia tivemos o Sr. Presidente do Governo Regional, na II Cimeira das Nações Unidas, acerca do Mar, a dizer que os Açores eram a equipa líder na proteção dos oceanos,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Mas o que é que uma coisa tem a ver com a outra!

A Oradora: ... hoje, os partidos que sustentam este Governo Regional, deram exatamente um sentido contrário daquela que foi a posição do Sr. Presidente do Governo Regional, em Lisboa.

É, de facto, de lamentar...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Misturar alhos com bugalho!

A Oradora: ... que o ambiente continue a ser usado para protagonismo político, e isso, sim, é falar de ambiente e depois ter um voto contra o ambiente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fiquei sem saber porque é que o Bloco de Esquerda votou a favor!

Deputada Alexandra Manes (BE): Quando chegar à sua ilha, vou ver o que vai fazer!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já apanhei muitas!

Deputada Alexandra Manes (BE): Então está contra a sua ilha!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto, tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Segundo a intervenção da Sra. Deputada Joana Tavares, o problema está identificado desde 2019 e há trabalho feito, desde essa altura.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Há trabalho científico feito!

O Orador: Se dúvidas tivesse que o problema está identificado e que já há trabalho feito, o testemunho da Sra. Deputada, acrescentou razão ao meu voto contra.

Pena que regimentalmente o Governo não possa intervir nesta urgência, porque se assim fosse com certeza que poderia indicar mais informação que suportaria melhor as nossas decisões.

Mas com base naquilo que foi a intervenção de alguém do anterior Governo, mas também do atual Governo, eu sinto-me mais confortável na decisão de votar contra, porque entendo que efetivamente há trabalho feito, há preocupação, há identificação, e, acima de tudo, se votasse a favor, estaria, provavelmente, a dar protagonismo a uma iniciativa quando, no fundo, há trabalho feito pelo Governo, pela Universidade dos Açores, e não pode, no

meu entender, esse trabalho ser sombreado, passe a expressão, por um Projeto de Resolução apresentado aqui, esta semana.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS votou contra esta urgência exatamente pelo facto desta urgência não acelerar a resolução do problema, uma vez que até, e se, como foi dito por algumas bancadas parlamentares, que no período de um ano poderá haver o alastramento e a invasão de toda a costa das ilhas açorianas, não é esta iniciativa que irá reverter o eventual processo de alastramento desta invasora. Isso é um facto.

Depois, o nosso sentido de voto justifica-se também, única e exclusivamente, ou um dos grandes fatores de decisão, foi o facto de haver aqui um aproveitamento político de um trabalho que já foi avançado estar a ser feito pelo Governo Regional dos Açores, e que servirá, única e exclusivamente, ou eventualmente servirá, para que depois se diga – e é essa também a nossa convicção, de que isso não pode acontecer – que o Governo não pode agir porque há uma iniciativa que está a ser discutida neste Parlamento e que vamos ter que esperar que haja uma decisão para depois o Governo poder agir.

Deputado Berto Messias (PS): Isso só aconteceria não aprovássemos a urgência, como é obvio!

O Orador: E isso, sim, é que pode ser um retrocesso.

Como estamos, efetivamente, interessados em que haja um aprofundamento deste estudo que o Governo anunciou que estava a fazer, que estava a ver soluções do ponto de vista tecnológico que permitam também uma remoção com um menor impacto possível sobre as zonas de arrojamento, ou mesmo eventualmente até antes do seu arrojamento, é exatamente isso que

pretendemos que o Governo continue a fazer e é isso que pretendemos que se investigue aprofundadamente para que se garanta que efetivamente as espécies que estamos a falar são as mesmas que já são conhecidas, por exemplo, no pacífico, desde 2005, e que não é por aí, mesmo com este tempo todo que já mediou a sua identificação noutras paragens que nós aqui não temos a certeza absoluta, e as conversas que tive, eu, enquanto residente no Faial, com investigadores que manifestaram dúvidas sobre o facto de ser efetivamente a mesma espécie, mas que não é por isso que o Governo deixou de agir. Simplesmente quer garantir é que se sabe e se conhece quais são as espécies que neste momento estão a alastrar nas costas açorianas.

Isso é um facto muito importante e por nós considerarmos que é absolutamente necessário e urgente que este trabalho prossiga, que não faz sentido andar aqui com aproveitamento político, única e exclusivamente, para depois se vir dizer que o Governo anda a reboque de um qualquer partido em vez de andar a fazer aquilo que se comprometeu a fazer.

Em muitas matérias, faz parte do plano do Governo e em muitas matérias até faz parte do Plano de Orçamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra este pedido de urgência não por desmerecer o mérito da proposta, nem por classificar o problema como não urgente, mas antes, dada a elevada complexidade da mesma, entender que uma apreciação de deliberação urgente corre o risco de prejudicar a melhor e mais balizada posição que, repito, dada a complexidade do problema, implica a necessária consulta de peritos com o conhecimento científico na matéria, já que, a nosso ver, saber pronunciar corretamente o nome da alga não nos parece suficiente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isto é a coligação da arrogância!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada Alexandra Manes pede a palavra?

(* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor, Sra. Deputada.

(* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, faço a interpelação para perguntar à Mesa, se souber esclarecer-nos acerca disto, se a aprovação deste Projeto de Resolução impede o Governo de tomar alguma posição nos seus trabalhos relativamente a isso?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas o que é que a mesa tem a ver com isso?

A Oradora: Também perguntar se no ponto 2 se não tem escrito “*acione urgentemente medidas de prevenção ao alastramento da alga, nomeadamente através de fiscalizações e restrições nas operações de lastro*”?

Era só isso. Era para confirmar se a Mesa tinha lido realmente este ponto 2 que está aqui.

Presidente: Muito obrigado.

A Mesa leu com certeza, Sra. Deputada. Está registada a sua interpelação.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faz favor.

(* **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A interpelação é no sentido de, se o Sr. Presidente me possa esclarecer, se o simples facto desta iniciativa ter dado entrada e o ponto dois dizer para o

Governo fazer urgentemente qualquer coisa, se produz efeito ou se só produz efeito quando subir novamente a plenário, após relatório e ser aprovada?

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu peço-vos, encarecidamente, que não prolonguem o debate através de interpelações e que muito menos envolvam a Mesa no debate que está a decorrer.

(Risos da Câmara)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sobretudo essa última parte!

Presidente: Especialmente esta parte.

Portanto, pedia que voltássemos às declarações de voto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta questão é tão urgente que a ação do Governo Regional foi anterior à urgência do Bloco de Esquerda.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que eu quero aqui dizer é que na área ambiental, como noutras, é necessário resistir ao populismo, àquelas receitas de cabeceira que resolvem as coisas que são muito complexas, de enorme responsabilidade e respondem assim, de repente, a questões de enorme complexidade.

O que se tem que transmitir à população, e por isso é que nós não votámos favoravelmente esta urgência, é que este é um problema complexo que o Governo conhece e que o Governo está a agir.

Mas isto é um problema de enorme dimensão. Tanto é assim que se reconhece que a progressão do pacífico para o atlântico foi muito rápida. É um problema que envolve necessariamente a cooperação internacional.

Nenhum país, ou região, por si só, conseguirá combater com eficácia este fenómeno.

É preciso a colaboração de todos.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não se esforce, Sr. Paulo!

O Orador: Nem se devem desenvolver investigações autónomas em relação a esta matéria. É preciso a partilha de conhecimento nesta matéria. É preciso que as várias equipas de investigação, dos diversos países, partilhem os dados e que o façam de uma forma correta, ou seja, colaborando na investigação e também no desenvolvimento das ações que possam mitigar o avanço deste fenómeno.

Portanto, estamos a falar de uma luta que é uma luta global, que é uma luta que não vai ser feita em meses. Não vamos enganar as pessoas. Não se ganha isto numa urgência de um, dois ou três meses.

Esta é uma luta que exige muita investigação, exige que se acione um conjunto de meios em conjunto com muitas outras regiões e países. Portanto, com esta complexidade é preciso que as pessoas percebam – tenho a certeza absoluta que os açorianos têm uma perceção muito grande destas questões do ambiente – que este é um problema que nós temos que resolver em conjunto com diversas entidades internacionais e investigadores de todo o mundo.

Portanto, é isso que é preciso fazer.

Agora, Sr. Presidente, eu não poderia votar uma urgência que diz:

“Que se reconheça o impacto...”. Que se reconheça aquilo que já está reconhecido. Nós reconhecemos o impacto desta alga.

“Que acione urgentemente medidas de prevenção ao alastramento...”. É isso que o Governo já fez.

Ou seja, votar favoravelmente esta iniciativa, significava reconhecer que isto não se está a fazer. Era a negação da ação do Governo.

Se o Governo não estivesse a fazer, o PPM teria votado esta urgência favoravelmente, mas acontece que o Governo Regional já está a fazer.

Portanto, votando favoravelmente a urgência estaria a dizer que o Governo não está a fazer uma coisa que ele está a fazer e objetivamente há provas disso.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não há! Não há provas!

Faça um requerimento!

O Orador: Os Srs. Deputados têm esse conhecimento!

Deputada Alexandra Manes (BE): Faça um requerimento? Que arrogância essa?

O Orador: Termino, Sr. Presidente.

Eu vejo, em relação a esta urgência, uma vantagem, e a vantagem é que o Parlamento também reúne um conjunto de dados importantes sobre esta matéria, mas isto não se faz com urgência. Faz-se chamando especialista, aqui, ao Parlamento, através da nossa Comissão responsável por esta matéria.

Deputada Alexandra Manes (BE): É isso que estamos a fazer!

O Orador: E que se peçam relatório, e que se peça a colaboração das várias entidades que têm conhecimento sobre esta matéria...

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas é isso que está no Projeto de Resolução!

O Orador: ... inclusivamente, que se possa ouvir diversas entidades, até de carácter internacional.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada por vir justificar a urgência!

O Orador: Portanto, que se faça um trabalho sério, um trabalho longo sobre esta matéria para que o Parlamento também possa dar a sua colaboração neste assunto, mas estes assuntos não podem ser assuntos pacotilha que se resolvem num mês ou em 15 dias.

Não! Estes assuntos são assuntos que exigem investigação. São tremendamente complexos, é preciso ser responsável e sim, Sr. Presidente...

Deputada Alexandra Manes (BE): As vossas urgências são urgentes, as dos outros não são!

O Orador: ... sim, sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu quero saber mais; sim, sim, eu quero que se acionem mais meios; sim, eu quero que exista mais investigação; sim, eu quero que exista mais reflexão sobre esta matéria; sim, eu quero que isto se faça como deve ser.

Deputada Alexandra Manes (BE): Que fique bem claro aqui uma coisa: o barco leva muito tempo a chegar às Flores. Esperemos que esta algas também!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos avançar nos nossos trabalhos para o ponto 22 da nossa Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteposta de Lei n.º 13/XII – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social”**.

É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência justifica-se pelo tempo que os pensionistas levam de cortes nas suas pensões, fruto da aplicação do fator de sustentabilidade, de

uma forma que os grupos parlamentares que apresentam esta Anteproposta, consideram injusta.

Também, da discussão tida no passado mês de junho na Assembleia da República, houve acolhimento por parte de várias bancadas para a discussão desta matéria, circunstanciada à situação de injustiça vivida pelos antigos trabalhadores da Base das Lajes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é uma matéria que já foi discutida há precisamente um ano atrás, onde os parceiros sociais, nomeadamente os sindicatos, já foram ouvidos e deram parecer positivo.

É importante conferir celeridade e resolução de um processo que se tem arrastado por anos e que o Grupo Parlamentar do PSD quer solucionar, a bem de muitos antigos trabalhadores da Base das Lajes.

Daí que a urgência deste processo legislativo se prenda também com a necessidade de, caso esta Assembleia venha a aprovar a nossa anteproposta de lei, assegurar que o diploma seja discutido na Assembleia da República em tempo útil e enquadrado no próximo Orçamento de Estado.

É uma questão de justiça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Vamos votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes para apresentação da iniciativa. Faça favor.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Anteproposta de lei

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social

O destacamento norte-americano na Base das Lajes tem sido alvo de sucessivas reestruturações promovidas pelos Estados Unidos da América, ao longo dos anos, com contínuas reduções de postos de trabalho diretos e indiretos e conseqüente impacto na dinâmica económica da ilha Terceira e dos Açores.

A última das grandes reduções, aconteceu no início do ano de 2015, quando o Governo dos Estados Unidos da América comunicou a intenção de reduzir o contingente militar estacionado na Base das Lajes para um mínimo de 165 efetivos militares, na sequência de mais um processo de reestruturação daquela unidade militar sediada na ilha Terceira.

Foi uma redução de cerca de 500 postos de trabalho, durante o segundo semestre de 2015 com significativos impactos negativos a nível social e

económico, que ainda persistem no concelho da Praia da Vitória, com réplicas na ilha Terceira e nos Açores.

Ao abrigo da Lei n.º 32/96, de 26 de agosto, os trabalhadores da Base das Lajes afetados por essa reestruturação dos serviços prestados, solicitaram a atribuição da pensão extraordinária a que têm direito os trabalhadores abrangidos por acordos internacionais na Região Autónoma dos Açores.

Sucedem os trabalhadores que foram obrigados, por via da reestruturação promovida pelos Estados Unidos da América, a solicitar a aposentação antecipada entre 2015 e 2018 estão presentemente a ser penalizados com cortes nas suas pensões devido à aplicação do fator de sustentabilidade.

Estamos a falar de trabalhadores que solicitaram a aposentação antecipada, não por capricho, mas pela redução do efetivo verificada na Base das Lajes.

Apesar de, em setembro de 2020, o Governo da República ter decidido eliminar, para uma série de profissões, o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social, a verdade é que aqueles antigos trabalhadores da Base das Lajes não foram abrangidos.

Embora o Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que eliminou o fator de sustentabilidade, abranja os trabalhadores da Base das Lajes, excluiu todos os que foram obrigados a solicitar a reforma antecipada entre 2015 e 2018.

Recorde-se que o fator de sustentabilidade foi criado pelo Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, mas nunca foi aplicado às pensões dos antigos trabalhadores da Base das Lajes que pediram a reforma antecipada na década de 90.

Considerando a justiça social e a equidade que o Estado deve assumir na aplicabilidade da Lei, importa acabar com esta discriminação entre trabalhadores, eliminando assim a aplicação do fator de sustentabilidade às pensões de todos os trabalhadores da Base das Lajes, independentemente do ano em que requereram a aposentação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este tratamento discriminatório a alguns antigos trabalhadores só pode ser corrigido com uma alteração à legislação que elimine a aplicação do fator de sustentabilidade, garantindo assim a reposição integral do valor das pensões dos antigos trabalhadores da Base das Lajes que requereram a aposentação entre 2015 e 2019.

Esta Assembleia Legislativa já procurou resolver esta discriminação, por unanimidade. Ainda assim, não mereceu acolhimento por parte da Assembleia da República.

Por isso, em nome do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, e da coligação, retomamos este assunto na ordem do dia e apelamos ao consenso nesta Casa, de modo a fazer finalmente justiça aos antigos trabalhadores da Base das Lajes.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estava apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu diria que o Partido Socialista, atendendo ao seu passado, e nesta questão em concreto, tem, havemos de reconhecer, alguma culpa nesta matéria.

É que se não fosse o Partido Socialista, na reunião plenária de maio de 1995, a apresentar nesta Casa uma anteproposta de lei no sentido de ser criada uma pensão especial para os então trabalhadores da Base das Lajes que foram despedidos, na sequência do processo iniciado em 7 de outubro de 1991 (curiosamente era uma segunda-feira e o dia 6 de outubro, como devem calcular, foi um domingo; mais concretamente foi um domingo em que houve eleições legislativas nacionais), lembro-me perfeitamente, quando o comando

português perguntou às FEUSAÇORES porque é que aquele processo tinha surgido inopinadamente, ter sido respondido, por ofício das FEUSAÇORES, que o assunto já tinha sido comunicado há alguns meses ao Governo Português, mas tinha sido solicitado que não ocorresse antes das eleições legislativas nacionais.

Portanto, tudo tem a sua história.

Eu notei, ao longo desta semana, que havia um certo gosto em falar nos últimos 24 anos, não nos últimos 40 e tal, mas para sermos justos temos de falar em toda a história. E temos assim que recordar que este problema (um problema agradável, tal como a Gestão Partilhada do Mar), foi um problema que surge na sequência da aprovação em 96, durante a vigência do Governo de Guterres, pela Assembleia da República, na sequência de uma anteproposta de lei que o Partido Socialista apresentou nesta Casa.

Mas nós temos este problema e queremos resolvê-lo da melhor forma.

Há aqui uma história e essa história vai no sentido daquilo que tem sido a importância e o esforço de consenso que esta Casa tem feito no sentido de estarmos, em regra, de acordo, e bem, no que diz respeito à defesa dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes, ou mais concretamente das FEUSAÇORES, das Forças Norte Americanas estacionadas na Base das Lajes.

Esse consenso que tem sido possível, em geral, tem sido uma das nossas armas e tem sido uma das defesas desses trabalhadores.

Tive a honra, há uns anos, em nome desta Assembleia, aliás na companhia do então Deputado António Ventura, de me deslocar, numa Comissão desta Assembleia, ao reino de Espanha e de visitarmos a Base de Rota, e ficámos, felizmente, neste caso, até surpreendidos, com o recordar daquilo que são os poderes que, nesta matéria, e desde o início, em termos de relações internacionais, esta Região Autónoma tem.

A Sra. Presidente do Parlamento de Andaluzia, disse-nos, pura e simplesmente, que, nestas coisas que tinham a ver com o Estado, embora

estivessem situadas na sua Região Autónoma, a Região não se costumava pronunciar.

Nós temos, felizmente, outro hábito, outra praxe e outra influência.

O que aqui está em causa nós sabemos todos. Por unanimidade, aproveitando uma lei mais ampla, é certo, que pretendia, relativamente a um conjunto de carreiras especiais e de profissões de desgaste rápido acabar com efeitos retroativos, de um ano, com o fator de sustentabilidade, que para essas carreiras, aliás, foi introduzido bastante mais tarde do que para as carreiras gerais, fazer com que ele não fosse aplicado aos 400 trabalhadores que durante os anos de 2013/2014 foram “despedidos” – entre aspas – das FEUSAÇORES. E digo “despedidos” – entre aspas – porque todos nós sabemos que este processo decorreu e foi iniciado tecnicamente com um despedimento coletivo.

Sabemos que tal como a lei portuguesa prevê, não podemos de maneira nenhuma considerar, e sendo um acordo por causa disso, que foi um ato voluntário desses trabalhadores.

Foi, portanto, na sequência, dessa redução que eles se sentiram obrigados a fazer esse acordo e a serem dispensados dessa forma. Isso é importante, porque eu diria que, dentro do conjunto de carreiras especiais, este caso é verdadeiramente um caso ainda mais especial.

É-o, desde logo, porque temos um conjunto de trabalhadores que trabalha numa base militar para uma potência militar estrangeira. É mais especial porque, tal como conseguimos aprovar com a Lei 32/96, em bom rigor, não se trata de uma reforma antecipada para a maioria deles.

A verdade é que a própria lei prevê, expressamente, que esses trabalhadores, desde que não sejam para a entidade FEUSAÇORES, podem voltar a trabalhar e acumular os rendimentos desse trabalho com essa pensão especial. Portanto, aqui não se trata verdadeiramente de antecipar a pensão de velhice, trata-se de uma compensação especial, atendendo à situação em concreto, que tem a ver com trabalhar para uma potência estrangeira, que tem a ver com

trabalhar e ter como chefias imediatas militares estrangeiros, e tem também a ver com reduções decididas por essas mesmas forças.

Daí que nos pareça, e sempre nos pareceu, que esse fator de sustentabilidade não deve ser aplicado, até porque serão os únicos, quer no passado, quer no eventual futuro – esperemos que não, que não aconteça, mas se vier a acontecer – que terão essa discriminação desse fator de sustentabilidade.

Nós temos de encontrar uma solução técnica que permita isso, temos que encontrar uma solução técnica que permita isso com alguma urgência e que permita, tanto quanto possível que isso possa acontecer e possa ser contemplado já no próximo Orçamento de Estado.

Nós sabemos todos o que é que aconteceu, quer à nossa iniciativa legislativa, quer à votação na sequência do agendamento potestativo que também exercemos.

Esta proposta foi reprovada com os votos do PS, com os votos do PSD e com a abstenção da Iniciativa Liberal. Já agora, com votos a favor de deputados dos dois primeiros partidos das Regiões Autónomas, e com os votos a favor de todos os Deputados à Assembleia da República, pelo círculo eleitoral dos Açores.

Também é útil conhecer os argumentos que foram aventados por esses partidos. Tem a ver com a sustentabilidade da Segurança Social e com o eventual custo que isso teria.

Independentemente da opinião que possamos ter sobre isso, acho que temos que avançar e temos sobretudo legitimidade política e legislativa para nos preocuparmos com os trabalhadores, ou os ex-trabalhadores, para as FEUSAÇORES.

Independentemente das opiniões gerais que tenhamos, a verdade é que nenhum de nós está mandatado, por exemplo, para poder agir em nome das bordadeiras da Madeira.

Nesse sentido, o Partido Socialista pensa que esta proposta é o retomar das nossas intenções, da vontade unânime desta Casa, da vontade também que o Partido Socialista sempre teve e, nessa medida, naturalmente, vamos...

Deputado Pedro Neves (PAN): Não foram só os dos Açores!

O Orador: Açores, quer para o Partido Socialista, quer para o Partido Social Democrata, se não me engano, e também um bocadinho para a Iniciativa Liberal.

Portanto, é isso que nos interessa.

Vamos apoiar esta iniciativa.

Pensamos que o mais importante – e acho que pensamos todos, porque há aqui algumas diferenças nesta proposta importantes, não só o esclarecimento que ela não terá efeitos retroativos, como também o retroagir dos efeitos ao nível do fator sustentabilidade, apenas e só para os ex-trabalhadores das FEUSAÇORES.

Pensamos que vale a pena insistir. Pensamos que esta Assembleia tem razão nesta matéria. Pensamos que há aqui algum desconhecimento e alguma insensibilidade e o fundamental é nós continuarmos firmes na nossa posição, porque não temos dúvidas acerca da justiça e da situação especialíssima dos ex-trabalhadores das FEUSAÇORES.

Quero garantir, naturalmente, que o Partido Socialista dos Açores, os Deputados do Partido Socialista dos Açores, na Assembleia da República, tudo têm feito, tudo continuarão a fazer, para que a substância desta medida seja efetivamente aplicada e possa entrar em vigor o mais rapidamente possível.

Nessa medida, naturalmente, a proposta apresentada pela coligação, merecerá o nosso voto favorável.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do Chega, o compromisso que temos assumido, perante este tema, é de defesa e de reposição dessa injustiça e assim vamos acompanhar também este diploma, e também o compromisso assumido, presencialmente, em janeiro passado, com os trabalhadores.

Assim sendo, por aí iremos lutar.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS, convictamente, subscreve esta proposta em nome dos ex-trabalhadores da Base das Lajes, porque estamos convictos de que esta pretensão é uma pretensão legítima e é justo repor a justiça no tratamento para com os demais antigos trabalhadores.

Não faz sentido que, de todo o conjunto de antigos trabalhadores da Base das Lajes, apenas aqueles que se aposentaram depois de 2015, é que veem a incidência do fator sustentabilidade recair sobre as suas pensões, enquanto que aos demais não há esse encargo.

Portanto, voltamos a apresentar nesta Assembleia esta proposta.

Fizemo-lo há um ano atrás, com a mesma convicção de que estávamos fazendo justiça, mas há um ano, houve uma pretensão de alargar esta medida a outras categorias profissionais, incluindo as aqui já citadas bordadeiras da madeira.

Na altura, eu tive o cuidado de dizer que quem tudo quer, tudo perde e o tempo veio dar razão. Efetivamente, o Parlamento dos Açores aprovou uma proposta para que se retirasse a incidência do fator sustentabilidade sobre um conjunto alargado de profissões, quando o que motivou a nossa iniciativa foi, exclusivamente, os trabalhadores da Base das Lajes.

E o que o que é que aconteceu?

Chegou à Assembleia da República e não passou.

Por isso, está o CDS aqui, juntamente com os seus parceiros de coligação, o PPM e o PSD, de novo, a apresentar esta proposta no sentido de voltarmos a insistir junto da Assembleia da República para que seja feita justiça e a estes trabalhadores, a este conjunto muito específico e bem identificado, de antigos trabalhadores da Base das Lajes seja retirada a incidência do fator sustentabilidade da segurança social.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Como já bem foi aqui descrita, esta é uma injustiça e importa acabar com a mesma.

Também já fizeram aqui uma resenha histórica. Voltámos a 1996, depois voltámos aqui há um ano atrás.

O que tentaram dizer foi que o Bloco de Esquerda tinha inviabilizado a proposta na República.

Lamento informar, mas o Bloco de Esquerda, votou favoravelmente. Quem inviabilizou foi exatamente o PSD e o PS.

Aliás, para o PSD, a não ser que tenham algum acordo neste momento com a vossa bancada parlamentar na Assembleia da República, coisa que não tinham à altura,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não! Agora basta o PS!

A Oradora: ... porque o Sr. Deputado do PSD que falou exatamente na proposta que lá chegou, não concordava para os trabalhadores da Base e não concordava para ninguém, com o fim do corte das pensões.

Portanto, não vamos todos ser aqui desonestos, e dizer que foi o Bloco que inviabilizou, porque – atenção! – o Bloco foi o partido que colocou o fim do corte de sustentabilidade, no tal pacote, para fazer aprovar o Orçamento de Estado.

Aliás, há altura, quando debatemos essa proposta aqui, num excelente debate entre mim e o Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Modéstia à parte!

A Oradora: ... ele, inclusive, desafiou-me para que o meu partido fizesse depender o Orçamento de Estado desta questão e foi o meu partido que não só colocou isto no pacote, como também votou favoravelmente.

É que há uma coisa aqui muito importante que tem que ser dita: o facto de ter havido deputados dos Açores a votar favoravelmente esta proposta, não existem duas bancadas do PSD na República, nem duas bancadas do PS na República. Existe uma bancada! Uma única bancada de cada um.

O sinal que tanto o PSD, como o PS, deram foi um sinal contrário, e era contrário a todo e a qualquer um.

Portanto, não venham aqui ser desonestos, ou ser hipócritas, porque na verdade só houve dois partidos na Assembleia da República que inviabilizam a proposta.

Depois, há uma coisa aqui também muito importante. Sras. e Srs. Deputados, ainda neste plenário falámos da solidariedade do povo açoriano,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade! É pura demagogia!

A Oradora: ... do povo aberto, e imensas coisas, mas é para este povo açoriano, aqui nestas bancadas, que querem fazer uma discriminação e criar uma outra exceção para corrigir um erro.

Sras. e Srs. Deputados, não se corrige um erro criando outro.

De facto, se existe um corte – de facto existe um corte –, de um hiato temporal, que não abrange só e não prejudica só os ex-trabalhadores da Base. Prejudica também pescadores dos Açores, prejudica controladores aéreos dos Açores, prejudica pilotos dos Açores.

Mas, afinal, diga-me uma coisa: quem tanto defende os pescadores, não defende os pescadores dos Açores que também estão a ter um corte com isto? Quem defende os controladores, também defende os controladores que estão a ser prejudicados com isto?

Afinal?!... Afinal?!...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Seja honesta!

A Oradora: Somos só justos, queremos repor a justiça só para um grupo de pessoas e não queremos para todas as outras pessoas que estão a ser prejudicadas?

É esse o sinal que estão a dar aqui.

Eu pergunto-me: o que é que o pescador – olha, da Caloura, se calhar – que tem a sua pensão com um corte, está a pensar disto? “Mas, afinal, como é, eu sou pescador e não tenho direito a ter a minha pensão por completo? Mas porque é que aqueles que estão abrangidos pelo mesmo diploma, podem ter e eu não posso?”

É este o sinal que estão a dar. Não estão a fazer uma injustiça só para os pescadores do continente, nem só para os controladores do continente, nem para os mineiros do continente. Estão a fazer também para pessoas que estão aqui nos Açores.

Esse é, infelizmente, o vosso sinal de solidariedade.

Não, Sras. e Srs. Deputados! O que estão aqui a tentar fazer é a apresentar uma proposta para cumprir uma promessa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pura demagogia!

A Oradora: ... que fizeram com o Sr. Deputado do PSD, na Assembleia da República, porque atendendo ao diário da sessão da Assembleia da República, no debate que aconteceu acerca desta matéria, se continuar na mesma forma, nem os da Base, nem ninguém terá o fim do corte nas pensões.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo perfeitamente as circunstâncias em que vou realizar esta intervenção que será necessariamente curta, muito curta.

Nesse sentido, eu vou tentar sintetizar aquilo que tenho para transmitir.

Felizmente, ao contrário do que aconteceu durante tantos e tantos anos, quando o plenário terminava na sexta-feira à tarde, eu só podia viajar na segunda-feira, porque não tínhamos avião para o Corvo. Agora temos ao sábado e ao domingo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, agora a coisa melhorou um bocadinho, e nunca me queixei, que eu me lembre. Quero deixar esta ressalva, não vá a minha memória me atraiçoar.

Deputada Alexandra Manes (BE): Olhe, mas o Sr. Deputado do Chega quer acabar com os voos para o Corvo!

O Orador: Srs. Deputados, eu quero também aqui fazer justiça ao Sr. Deputado Pedro Pinto.

Há um ano, o Sr. Deputado Pedro Pinto deixou aqui este aviso:

“Por alguma razão foi feito assim há poucos meses. Portanto, fazer uma proposta de alteração mais abrangente – foi o que o Bloco de Esquerda fez e que foi aqui votada pelo Partido Socialista – a todas aquelas profissões, não garantirá que será aprovada na Assembleia da República e nós o que desejamos é que seja feita justiça aos trabalhadores da Base das Lajes.

Sr. Deputado, tinha toda a razão.

E dizia a Sra. Deputado Andreia Cardoso, num aparte: “Não, não! Antes pelo contrário”. E dizia também a Sra. Deputada Ana Luí: “Muito bem!”.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Dizia a Sra. Deputada Alexandra Manes, a seguir:

“Exatamente quero os mesmos direitos para todos. O Sr. Deputado Pedro Pinto disse, e bem, as votações na Assembleia da República decorrerão como tiverem que decorrer. Aliás, até fez aqui uma intervenção ao género de Zandinga. Fez uma previsão se seria votado favoravelmente ou não, como era especificamente ou não”.

Mas esqueceu-se de uma coisa: esqueceu-se do Bloco de Esquerda?

Não se esqueceu e a votação foi o que foi.

O mais curioso é como é que o Partido Socialista explicou, através da autorizada voz do Sr. Deputado Sérgio Ávila, este falhanço na votação?

Da seguinte forma:

“É bom lembrar que a proposta não é só sobre os trabalhadores da Base das Lajes, apenas, mas, sim, às 10 áreas, ou categorias profissionais, ou atividades profissionais onde se aplica essa situação e que permite as reformas antecipadas.

Por isso, a proposta era bem mais vasta que os trabalhadores da Base das Lajes, e quer o PSD, quer o PS, sobre esta matéria, em termos de Segurança Social, têm uma posição clara, ou seja, o Sr. Deputado Sérgio Ávila sabia, à

partida, que incluindo um conjunto de situações mais vastas, a proposta não seria aprovada.

Assim, se perdeu um ano nesta história lamentável.

Não precisei de recuar a 1995, foi só recuar àquilo que aconteceu, aqui, neste Parlamento, e ao erro que aqui foi cometido.

Por isso, eu fico-me por aqui. Fico-me apenas com esta memória. Não vou recuar mais tempo, mas a verdade é que foi cometido um erro e espero, e já vi pela posição de voto do Partido Socialista, através da autorizada voz de um senador desta Casa, que será votada também favoravelmente.

Por isso, agora é corrigido um erro (um erro!), que foi aqui referenciado por vários Deputados, inclusivamente pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, que até foi chamado de Zandinga, para uma coisa que, de facto aconteceu.

Sr. Deputado, a sua diferença em relação ao Zandinga, é que o Zandinga falhava sempre, e V. Exa. acertou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o problema não está nesta Assembleia. Não acredito que haja um único deputado contra esta iniciativa.

O problema não é esse! O problema é da influência que existe, ou não existe, dentro da Assembleia da República.

Apesar do Sr. Deputado do PSD ter falado, esqueceu-se de falar do PAN. O PAN, apesar de não ter um Deputado à Assembleia da República pelo círculo dos Açores, tem um Deputado Regional que tem influência sobre os Deputados à Assembleia da República, e conseguiu favoravelmente...

Deputado Berto Messias (PS): Não é o que consta!

O Orador: ... coisa que o PS e do PSD não conseguem fazer. Podem ter 5 ou ter 10, não interessa se são 3 de um lado, 2 do outro, ou vice-versa, não vão conseguir absolutamente nada. São simplesmente duas ou três pessoas a levantarem-se na altura da votação na Assembleia da República e nada resolve.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, custa-me a crer que aqui alguém seja contra a reposição da justiça aos trabalhadores da Base.

A nossa grande diferença aqui é que nós também contamos com os pescadores açorianos, com os controladores açorianos e com os pilotos açorianos. E da parte dessas bancadas, daí, eu não ouvi uma única palavra...

Deputado António Lima (BE): Não querem saber!

A Oradora: ... acerca destas pessoas. Nem uma única palavra!

É muito fácil chegar aqui, acusar de protagonismo político e de muitas mais coisas, mas na altura de tomar medidas políticas que realmente dão um sinal a todas as pessoas, os senhores preferem ficar enclausurados num só grupo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora não esteve aqui esta semana?

A Oradora: Eu lamento muito, Sr. Deputado João Bruto da Costa, que está aí a falar desse lado para mim, mas nesta matéria estou com a minha consciência, muito, muito leve.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não tem consciência!

A Oradora: Não tenho?!

Sr. Deputado Pedro Pinto, eu, por acaso, podia responder-lhe a esse aparte, e sei como é que ia responder de maneira a silenciá-lo, mas não o vou porque não sou como o senhor.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Como entender!

A Oradora: Vou relembrar aqui umas das intervenções do Sr. Deputado Nuno Carvalho, do PSD, aquando do debate desta proposta na Assembleia da República:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é desta proposta!

A Oradora: Da proposta anterior que repunha a justiça para os trabalhadores da Base, e por todas as pessoas que, neste momento são afetadas por este problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é desta proposta! Diga a verdade!

A Oradora: E passo a citar:

“Aqui, Sras. e Srs. Deputados, há algo que é fatural: aqueles que nasceram na década de 40 vão ter uma reforma maior do que aqueles que nasceram na década de 60, e assim por diante.

Portanto, se considerarmos que podemos abordar este tema sem impactar outras pessoas, que também têm direito à sua reforma, estaremos a ser completamente demagógicos; estaremos a ser completamente irresponsáveis e estaremos a afetar um princípio fundamental de solidariedade interjacional. Aliás, diria mais, de justiça interjacional.”

Sras. e Srs. Deputados, a vossa bancada do PSD, na República, não votou favoravelmente, não foi porque tinha mais pessoas, foi por não quer tirar esse problema a ninguém que está a ser afetado.

Portanto, não vale a pena virem para aqui tentar dizer que foi o Bloco que inviabilizou, porque isto já estava inviabilizado, à partida, lá fora, na Assembleia da República, porque há um ano atrás, tal como eu disse aqui, faltava-lhes isto assim, faltava-lhes a vossa bancada, na Assembleia da República, votar favoravelmente.

Não queriam! Convença-se de uma coisa, Sr. Deputado: “a peste grisalha” foi dita pelo vosso Deputado na Assembleia da República.

Não foi o Bloco que disse que os pensionistas são “a peste grisalha” de Portugal. Não foi o Bloco de Esquerda que o disse, foi o PSD que o disse na República, que os pensionistas eram “uma peste grisalha”.

Sras. e Srs. Deputados, penso não ser necessário dizer mais nada aqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, isto agora é o insulto aqui!

A Oradora: O sinal de falta de solidariedade para os pescadores, para controladores aéreos, para pilotos e demais ex-trabalhadores que, neste momento, estão com cortes na sua pensão, fica aqui bem claro. Fica aqui clara a...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A falta de educação!

A Oradora: ... falta de solidariedade e ainda uma coisa. Isto, sim, é marcar a agenda política. Não é mais nada do que isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho. Faça favor.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para prestar apenas alguns esclarecimentos.

Eu começo por dizer ao Sr. Deputado Pedro Neves que pensei que ficou implícito nas minhas referências, à votação na Assembleia da República, que eu referi, expressamente, os que tiveram votos menos simpáticos e aqueles que não referi, e que têm assento na Assembleia da República, é porque votaram a favor, designadamente o PAN, o Chega e o Partido Livre, que não tem aqui representação parlamentar.

Até gostava de dar os parabéns ao Sr. Deputado José Pacheco e dizer-lhe mais qualquer coisinha, mas ele não está para responder. Ficaré para uma próxima.

Portanto, não foi qualquer tipo de desrespeito, antes pelo contrário, foi porque o voto do PAN pensei que tinha ficado pressuposto. Foi, efetivamente, a favor.

Mas também sobre isso, Sr. Deputado Pedro Neves, permita-me que lhe diga. Nestes casos também posso garantir-lhe que o *small* é sempre mais *beautiful* (é sempre mais *beautiful*). E que, apesar de tudo, não nos princípios essenciais, mas há efetivamente duas bancadas do PS e, presumo, sem querer falar, nem ter procuração, que também haverá duas bancadas no PSD, porque efetivamente há secções regionais, com ampla autonomia, do PS-Açores e, por aquilo que conheço dos estatutos do PSD, também do PSD-Açores.

Gostava também de esclarecer o seguinte:

Eu não insinuei, quando falei não era essa a minha intenção, nem afirmar e muito menos insinuar, qualquer tipo de culpa nesta matéria, relativamente ao BE e à maneira como a proposta do BE foi configurada e apresentada nesta Casa há um ano.

O que eu quis dizer foi que, apesar de tudo, e apesar de ser verdade, como já tiveram oportunidade de referir aqui, designadamente a Sra. Deputada Alexandra Manes, é evidente que com exceção das bordaduras da Madeira, nas outras profissões de desgaste rápido, obviamente que também haverá açorianos, ou residentes nos Açores, a verdade é que me parece claramente inegável que a situação dos trabalhadores, ou dos ex-trabalhadores das FEUSAÇORES, por todas as razões que indicámos acerca da sua concreta e específica entidade patronal, e também nas circunstâncias em que têm acesso a esta pensão especial, que, no fundo, não é voluntária, tem a ver com um processo que se inicia como sendo verdadeiramente um processo de despedimento coletivo, acaba por ser uma situação especial.

E também como estas coisas, face às características da própria FEUSAÇORES, acontecem um bocadinho em pacote, havemos de convir que é no pacote de 2013/2014, aliás o maior, que abrangeu quatrocentos e poucos trabalhadores, que essa injustiça se dá. Não aconteceu felizmente para o

passado, e esperando, desde logo, que não volte, sobretudo nos próximos e médios anos, a haver esse tipo de situação nas FEUSAÇORES, mas que se porventura existir, também sabemos pela lei atual, que não serão alvo de aplicação desse fator de sustentabilidade.

Portanto, eu, com isto, estava também a querer explicar o voto do PS no sentido de que, percebemos as diferenças desta proposta relativamente à primeira, algumas diferenças a proposta efetivamente tinha que ter, até em termos técnicos, senão não podia ser apresentada nesta sessão legislativa, desde logo, porque é um princípio básico, uma proposta chumbada não pode ser apresentada com o mesmo conteúdo na mesma sessão legislativa, portanto, foi isso que nós tentámos salvaguardar, concordando também com o conteúdo e com o *timing*, até por razões práticas, porque já estamos em julho, o tempo passa depressa, é importante que se lute para que relativamente a esses trabalhadores se consiga que essas normas tenham previsão no próximo Orçamento de Estado.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, V. Exa. acentuou ainda mais a questão, porque efetivamente é uma injustiça, porque os que estão aposentados antes dessa data não têm incidência do fator de sustentabilidade sobre a sua pensão e uma vez que a lei já foi alterada, aqueles que vierem no futuro a ser aposentados, antecipada e forçadamente, também não terão o fator de sustentabilidade a incidir sobre a sua pensão.

Portanto, estamos aqui a falar de um grupo perfeitamente identificável de pessoas cujas pensões recai uma injustiça. Portanto, foi isso que nos motivou há um ano atrás e é isso que os motiva agora.

Não quer dizer que a gente não possa vir a atender a outros casos, de outros cidadãos, de outras profissões, mas o que nos motivou há ano e continua a motivar, é a resolução desta situação muito particular.

Há um ano atrás reunidos com os antigos trabalhadores, e os antigos trabalhadores nem sequer pretendem estender o sentido da justiça pedindo retroatividade da medida. Eles só querem apenas que lhes seja feita justiça, lhes seja retirado o fator de sustentabilidade e não querem que haja qualquer efeito retroativo desta retirada, portanto, e reposição de algum valor que tenha sido, entretanto, retirado ao abrigo deste fator que tem vigorado ao longo destes anos.

Portanto, creio que já todos expressámos as nossas posições, é isto que nos motiva, é fazer justiça, e estamos convencidos que desta vez, com esta proposta, nos termos em que ela está elaborada, seguramente que será mais fácil convencer os Srs. Deputados da Assembleia da República a perceberem da legitimidade desta pretensão, e, portanto, votarem lá também favoravelmente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então votar a Anteproposta de Lei n.º 13/XII, iniciando a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 13/XII foi aprovada por unanimidade, na votação na generalidade.

Presidente: Debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, pergunto à Câmara se posso colocar à votação, em conjunto, os quatro artigos do diploma?

Estão à votação os quatro artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 13/XII foi aprovada, por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje é um dia muito importante para os ex-trabalhadores da Base das Lajes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não está nada resolvido!

O Orador: É um dia de esperança. É um dia importante, porque é o início. Para o Bloco de Esquerda nunca é. Os senhores não querem resolver o problema dos ex-trabalhadores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A Sra. Deputada parece uma Cassandra!

O Orador: Eh, pá! É o partido bota abaixo, não há dúvidas sobre isso.

Presidente: Sr. Deputado, não se pode dirigir às outras bancadas. Faça a sua declaração de voto, se faz favor.

O Orador: É um dia importante para os ex-trabalhadores da Base das Lajes. É um dia de esperança e, esperemos nós, que ainda este ano seja aprovado na Assembleia da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD estará sempre ao lado dos trabalhadores e, neste caso em especial, dos ex-trabalhadores da Base das Lajes.

Eu quero relembrar que a aposentação, o pedido de antecipação das reformas desses ex-trabalhadores, não foi por mero capricho, foi devido às circunstâncias da redução do efetivo militar na Base das Lajes. Portanto, são situações diferentes, em relação a outros.

Deputado António Lima (BE): Os outros é por capricho! Boa!

O Orador: Não posso deixar de relembrar que esta é uma situação que já podia ter sido resolvida há um ano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Exatamente, se o seu partido tivesse votado a favor na Assembleia da República!

O Orador: Não foi!

Esperemos que agora seja efetivamente resolvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Não havendo, está encerrado este ponto da nossa Agenda.

Proposta de Deliberação.

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de julho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos. Bom regresso às vossas casas.

Eram 16 horas e 20 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados na sessão

Listagem da correspondência:

1- Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que aprova medidas de valorização remuneratória de trabalhadores gerais - PCM (Reg. DL 109/XXIII/2022) - n.º 71XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2022 – 07 – 12.

2- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 62/XII

Assunto: [Estatuto do Pessoal Assistente e Técnico de Apoio à Educação e Ensino](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2022 – 07 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de parecer: 2022 – 08 – 19;

N.º 63/XII

Assunto: [Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA](#)

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2022 – 07 – 07

Comissão: Economia

Data Limite de parecer: 2022 – 08 – 22.

3- Projetos de Resolução:

N.º 127/XII

Assunto: [Defesa do Oceano e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e proteção das fontes hidrotermais do "Mar dos Açores"](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

Data Limite de parecer: 2022 – 08 – 08;

N.º 128/XII

Assunto: [Reforço das medidas para a erradicação do vírus do papiloma humano na população feminina açoriana](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de parecer: 2022 – 08 – 08;

N.º 130/XII

Assunto: [Implementação urgente de medidas para combater o impacto da alga *Rugulopteryx okamurae* nos ecossistemas marinhos](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 07 – 06

Comissão: -----

Data Limite de parecer: COM PEDIDO DE URGÊNCIA

4-

Requerimento:

Assunto: [Impacto ambiental na duna de Porto Pim integrada no projeto LIFE VIDALIA](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05

Referência: 54.06.07 – N.º 411/XII.

5-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Docentes em regime de itinerância](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 385/XII;

Assunto: [Festival Atlantis Concert for Earth 2022](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 04

Referência: 54.06.02 – N.º 394/XII;

Assunto: [Encerramento Cooperativa](#) Ocidental

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 04

Referência: 54.06.08 – N.º 398/XII.

6- Informações:

Assunto: Correio eletrónico, a remeter as informações solicitadas à Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, no último Plenário, durante o debate sobre o Corvo, sobre investimentos em curso e concluídos

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2022 – 06 – 29;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Decreto Legislativo

Regional n.º 61/XII - Determina o fim das touradas e prevê apoios aos trabalhadores e à reconversão das praças de touros

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Correio eletrónico, a remeter um Manifesto de indignação contra os encerramentos pontuais, mas repetitivos na escola do Capelo e Praia do Norte, devido à falta de funcionários

Proveniência: Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI do Capelo e Praia do Norte

Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Correio eletrónico solicitando a retirada da Petição n.º 34/XII - Pela mobilidade e saúde dos açorianos - Celebração de convenção para técnica TAVI no Hospital Internacional dos Açores (HIA), por **não conter a identificação civil de cada pessoa**

Proveniência: Tiago Sousa, subscritor do requerimento para petição

Data de Entrada: 2022 – 07 – 01;

Assunto: Ofício ref.ª 761-ST , a remeter a lista das verificações internas de contas realizadas pelo Tribunal de Contas em 2022 – 1.º semestre, objeto de homologação simplificada

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2022 – 07 – 04;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo do Projeto de Resolução n.º 121/XII (IL) – Recomenda ao Governo Regional a implementação de um sistema de acesso ao miradouro e pontos de interesse da Reserva Natural da

Lagoa do Fogo e áreas limítrofes, por shuttle, preferencialmente elétrico, em sistema hop on hop of

Proveniência: José Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a 118/2022/XII a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a retirada do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII (PS) – Regime jurídico de classificação do Arvoredo de Interesse Público na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a 4550/2022, a agradecer a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o envio do Voto de Protesto pela falta de salva-vidas para o Grupo Central

Proveniência: Vítor Escária, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05;

Assunto: Ofício S/117/2022/XII a requerer a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII - Estatuto do Pessoal Assistente e Técnico de Apoio à Educação e Ensino

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05;

Assunto: Correio eletrónico a agradecer a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o envio do Voto de Protesto pela falta de salva-vidas para o Grupo Central

Proveniência: Maria da Conceição Castro, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD/AR

Data de Entrada: 2022 – 07 – 06;

Assunto: Ofício ref.^a SAI-GAPS/2022/774, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a retirada da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XII - Adapta à administração pública regional dos Açores o regime jurídico do Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de novembro, que disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação

Proveniência: Ricardo Madruga da Costa, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional

Data de Entrada: 2022 – 07 – 06;

Assunto: Ofício SAI-AP/2022/69/EC a requerer a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a apresentação em Plenário da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII - Procede à organização do trabalho médico suplementar nos serviços de urgência e de atendimento permanente do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Duarte Nuno d'Ávila Martins, Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2022 – 07 – 06;

Assunto: Ofício com a ref.^a RPIL0042/2022, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII - Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento

dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA

Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2022 – 07 – 07.

7- Relatórios:

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 124/XV \(CH\) - Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, no sentido de promover uma utilização eficiente dos recursos hídricos – Audição 107/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 137/XV \(PCP\) - Estabelece medidas para preservação e remediação de solos - Audição 109/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 07;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 138/XV \(PCP\) - Estrutura a orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas- Audição 110/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 07;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 155/XV \(PAN\) – Reforça a proteção dos animais durante o transporte e operações afins e estabelece o fim da exportação de animais vivos para países terceiros - Audição 113/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 08;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 171/XV \(PAN\) – Aprova o Regime Jurídico das Compras Públicas Ecológicas e Circulares - Audição 115/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 08.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 146/XV \(BE\) – Estatuto do Serviço Nacional de Saúde - Audição 112/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 07 – 06.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 102/XII \(PSD/CDS-PP/PPM\) – Medidas de apoio aos produtores de leite de São Jorge](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 109/XII \(PS\) – Pela concretização do Projeto da Marina da Barra na ilha Graciosa](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 07 – 05;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 21/XII – Preço do leite pago aos produtores em S. Miguel](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 07 – 07.

8- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 60 e 61 e as Separatas n.ºs 21 e 22.

Estão presentes nesta Sessão Plenária as Separatas 23, 24, 25 e 26.

A redatora: Ana Lemos e Maria da Conceição Fraga Branco